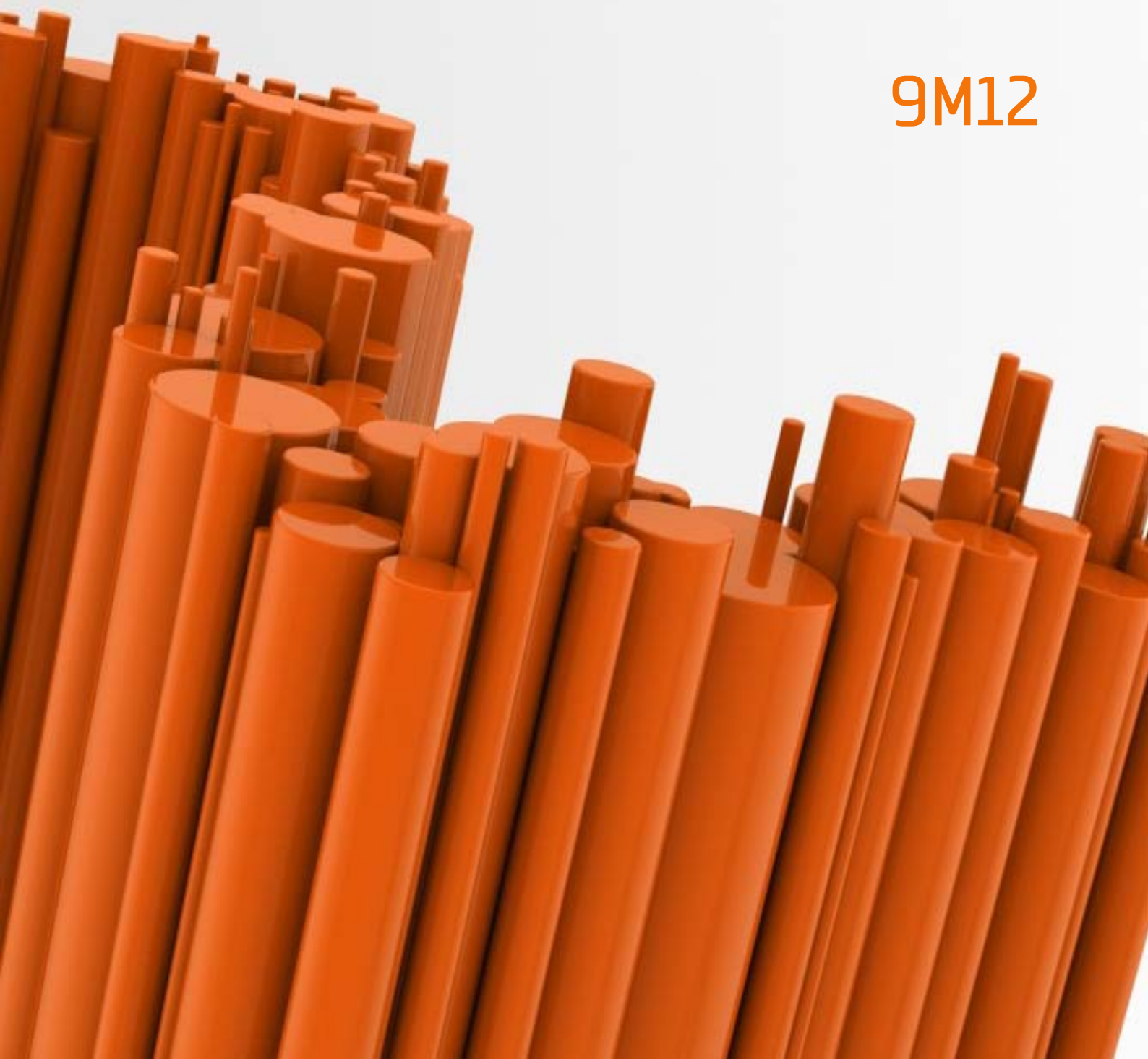


Relatório e Contas consolidadas

9M12



Nota:

A informação financeira consolidada contida neste reporte é não-auditada e está baseada em Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adotadas pela União Europeia.

Índice

0. O nosso negócio.....	4
1. Resultados Consolidados.....	5
2. Optimus.....	7
2.1. Negócio Móvel da Optimus.....	7
2.1.1. Indicadores Operacionais.....	7
2.1.2. Indicadores Financeiros.....	8
2.2. Negócio Fixo da Optimus.....	9
2.2.1. Indicadores Operacionais.....	9
2.2.2. Indicadores Financeiros.....	10
3. Software e Sistemas de Informação (SSI)	11
3.1. Indicadores Operacionais.....	11
3.2. Indicadores Financeiros.....	12
4. <i>Online e Media</i>	13
5. Principais Desenvolvimentos Regulatórios nos 9M12.....	14
6. Principais Desenvolvimentos Corporativos nos 9M12.....	14
7. Outros Indicadores.....	16
8. Informação Financeira.....	19
8.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS.....	19
8.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	27
8.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS.....	79
8.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais.....	86

Destaques

- Receitas Consolidadas de 617,0 milhões de euros
- EBITDA de 191,1 milhões de euros
- EBITDA-CAPEX Operacional de 90,3 milhões de euros
- Resultado Líquido de 63,9 milhões de euros
- FCF a alcançar 50,6 milhões de euros (excluindo impactos extraordinários)
- Rácio de Dívida Líquida face ao EBITDA de 1.4x

“Assistimos neste trimestre ao intensificar das medidas de austeridade em Portugal, agora com influência crescente no comportamento dos consumidores, que vêm diminuindo e racionalizando as suas despesas com telecomunicações.

Conscientes destes impactos na Sonaecom, temos investido os nossos esforços na busca de maior eficiência, alavancada na inovação e criatividade, permitindo a manutenção de níveis de qualidade de serviço e rentabilidade que acreditamos sustentáveis e que nos posicionam como um dos melhores operadores da Europa.”

Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

O nosso negócio

Na Optimus, destacamos o progresso alcançado no 4G. Perto de atingir os objetivos delineados para 2012 em termos de cobertura, demos continuidade à expansão da rede 4G. Após o lançamento da primeira oferta comercial, em março de 2012, a atual oferta inclui não só *smartphones* mas também placas USB e terminais *hotspot*.

A rentabilidade operacional do negócio manteve a sua tendência de subida, impulsionada pelas medidas de eficiência em vigor na Optimus. Destacamos a margem EBITDA do negócio Móvel de 45,1% do 3T12, 5,9pp acima do nível registado no 3T11.

Na divisão de Software e Sistemas de Informação, SSI, a WeDo Technologies continuou a reforçar a sua liderança mundial no mercado de *revenue assurance* em telecomunicações, complementando o seu portefólio com soluções de gestão de fraude e *business assurance* e abrangendo outros setores de atividade. Apesar de possuir uma expressão ainda reduzida em termos absolutos, as Receitas da WeDo fora do setor de telecomunicações aumentaram cerca de 80% face aos 9M11.

O orçamento de Estado para 2013 permite antecipar um contexto macroeconómico extremamente desafiante, com consequências negativas no comportamento do consumidor, esperadas já para o final de 2012. Não obstante, estamos confiantes de que os objetivos estabelecidos para este ano serão atingidos.

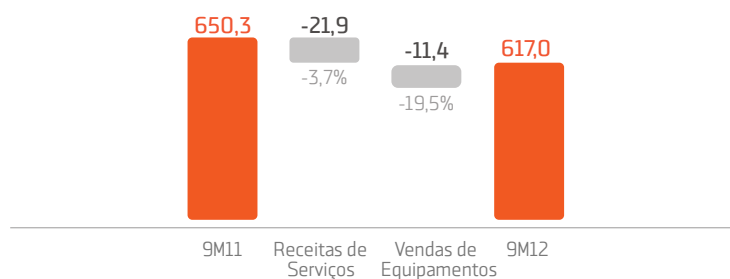
1. Resultados Consolidados

Volume de Negócios

Nos 9M12, o Volume de Negócios Consolidado ascendeu a 617,0 milhões de euros, registando uma queda de 5,1% em relação aos 9M11. Esta evolução resultou de um decréscimo de 3,7% nas Receitas de Serviços e de 19,5% nas Vendas de Equipamentos.

A evolução da Optimus é determinada pelo efeito das tarifas reguladas (tarifas de terminação móvel e tarifas de *roaming-in*) e pelo ambiente de austeridade em Portugal, que afecta negativamente os níveis de consumo.

A tendência positiva e sustentada das Receitas de Serviços da SSI durante os primeiros nove meses de 2012 não foi suficiente para compensar a evolução negativa das Vendas de Equipamentos da Bizdirect. Esta evolução negativa é consequência do final do programa e-iniciativas, assim como do contexto macroeconómico.



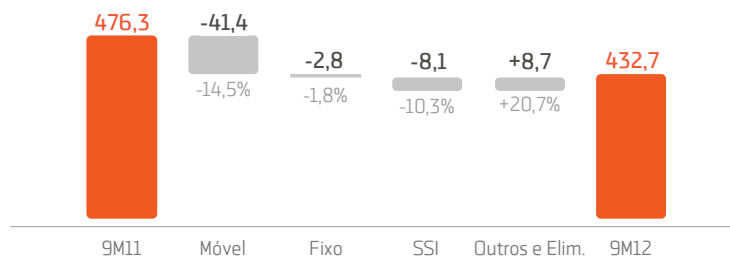
Custos Operacionais

Os Custos Operacionais ascenderam a 432,7 milhões de euros, diminuindo 9,2% face aos 9M11.

Esta evolução é justificada essencialmente pelo plano de otimização implementado em 2009 na Optimus e pelo menor Custo das Vendas registado na SSI, consequência da evolução das Vendas de Equipamentos.

Com o plano de otimização em curso, a Optimus tem conseguido reduzir a sua estrutura de custos, enquanto se foca em áreas cruciais como a notoriedade da marca, qualidade de serviço e a experiência do consumidor.

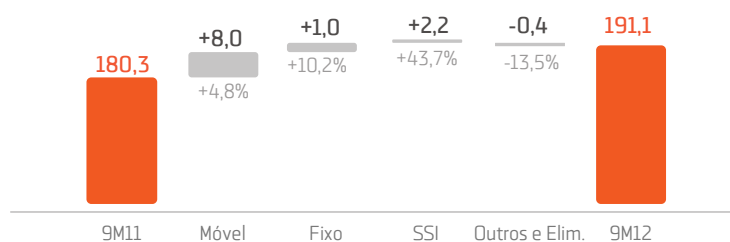
Entre os 9M11 e os 9M12, os Custos Operacionais como percentagem do Volume de Negócios diminuíram 3,1pp, evidenciando que a tendência de queda registada no Volume de Negócios foi mais do que compensada pela redução dos Custos Operacionais.



EBITDA

O EBITDA consolidado aumentou 6,0%, para os 191,1 milhões de euros. Todas as áreas de negócio apresentaram uma evolução positiva no EBITDA entre os dois períodos, tendo o negócio Móvel registado a maior evolução em termos absolutos.

A margem EBITDA consolidada aumentou 3,3pp, de 27,7% para 31,0%.

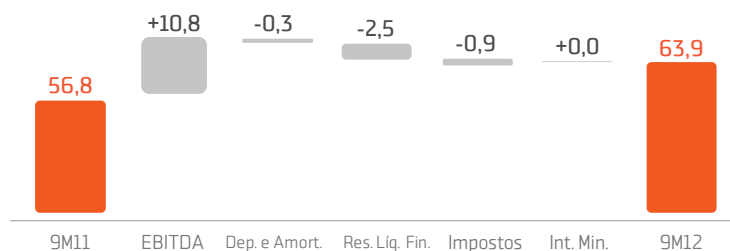


Resultado Líquido

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo ascendeu a 63,9 milhões de euros, um aumento de 12,5% quando comparado com os 9M11, em resultado, sobretudo, de uma melhoria do desempenho ao nível do EBITDA.

A evolução do Resultado Financeiro Líquido advém de Custos Financeiros mais elevados, consequência de um maior nível médio da dívida líquida e de um maior custo da dívida.

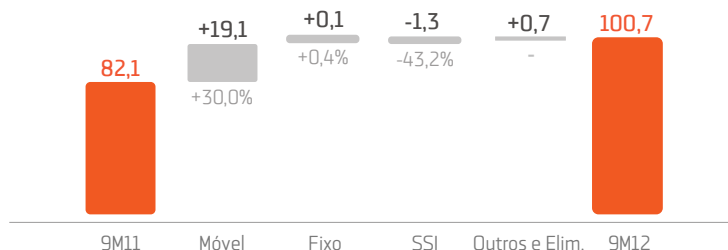
A linha de Imposto, nos 9M12, apresentou um custo de 7,1 milhões de euros face aos 6,2 milhões de euros registados no período homólogo, consequência de um maior Resultado Antes de Imposto e da manutenção do nível de impostos diferidos ativos reconhecidos.



CAPEX Operacional

O Capex Operacional aumentou 22,8% entre os 9M11 e os 9M12, resultado da expansão da rede 4G no negócio Móvel, que permitiu atingir uma parte significativa dos objetivos delineados para 2012 em termos de cobertura. No 3T12, a Optimus continuou a implementar soluções que permitem a redução de custos de *backhaul*, assim como a redução da dependência da infra-estrutura de terceiros. Deste modo, 80% dos sites da Optimus estão já sobre a nossa própria infra-estrutura, com fibra, nas zonas urbanas, e micro-ondas, nas zonas rurais.

O Capex Operacional como percentagem do Volume de Negócios aumentou 3,7pp, para 16,3%.

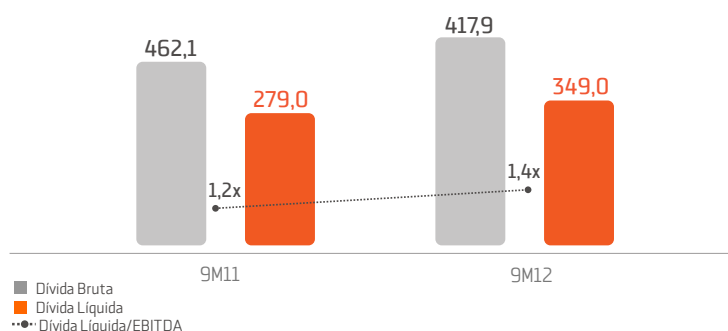


Estrutura de Capital

Nos 9M12, a Dívida Líquida Consolidada atingiu os 349,0 milhões de euros, aumentando 25,1% face ao período homólogo. Esta evolução justifica-se sobretudo pelo pagamento, em janeiro, de 83,0 milhões de euros relativo à aquisição de espectro no final de 2011.

O rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA aumentou de 1,2x para 1,4x, consequência de um maior nível de Dívida Líquida, não totalmente compensado pelo desempenho positivo do EBITDA.

Nos 9M12, as linhas de crédito disponíveis ascenderam a 450,0 milhões de euros, enquanto o custo médio *all-in* da dívida atingiu os 3,25%.



Free cash flow (FCF)

O FCF atingiu os 53,4 milhões de euros negativos nos 9M12, impactado (i) pelo pagamento de 15,0 milhões de euros relativo à operação de securitização; (ii) pelo pagamento de 83,0 milhões de euros durante o mês de janeiro, relativo à aquisição do espectro; e (iii) por um pagamento de 6,0 milhões de euros referente à aquisição da Connectiv Solutions, no final de abril de 2012.

Excluindo estes efeitos, o FCF nos 9M12 ascendeu a 50,6 milhões de euros positivos, um aumento de 16,0% face aos 43,6 milhões de euros alcançados nos 9M11 (excluindo a operação de securitização).

2. Optimus



- EBITDA da Optimus a alcançar 187,8 milhões de euros, +5,0% face aos 9M11
- Margem EBITDA da Optimus móvel de 45,1% no 3T12
- Receitas de Dados a representar 31,8% das Receitas de Serviços do Móvel no 9M12

LTE: a mudança decisiva

Após garantir uma combinação de espectro LTE em três bandas distintas, a Optimus está já perto do seu objetivo de cobertura de 80% estabelecido para 2012, graças ao desenvolvimento de rede nas bandas de 800Mhz e 1800Mhz.

Sendo o LTE uma vantagem adicional, a Optimus irá explorar novas ofertas comerciais e oportunidades de otimização de custos, tanto no segmento residencial como empresarial.

Modelo operacional da Optimus: uma vantagem competitiva

Na Optimus, temos vindo a transformar o modelo operacional, criando uma organização cada vez mais eficiente, através de um plano transversal, implementado em toda a empresa, cujos resultados são claramente visíveis. Durante os primeiros nove meses de 2012, os Custos Operacionais da Optimus diminuíram 9,3%, o que representa poupanças na ordem dos 35,0 milhões de euros. Paralelamente, em linha com o objetivo de liderar na satisfação e confiança do mercado, os principais indicadores do negócio em termos de qualidade de serviço continuaram a evoluir positivamente.

Em setembro de 2012, numa avaliação levada a cabo pela 'Consumer Choice - Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor', a Optimus foi distinguida pelos consumidores portugueses como a operadora móvel preferida, tendo sido reconhecida pela qualidade dos seus serviços, atendimento ao cliente, diversidade da sua oferta e promoções e ofertas.

2.1. Negócio Móvel da Optimus

O difícil contexto macroeconómico nacional, com os efeitos das medidas de austeridade explícitos nos principais indicadores - consumo público, consumo privado e taxa de desemprego - tem vindo a condicionar a evolução das Receitas de Clientes do negócio Móvel da Optimus. Ainda assim, a margem EBITDA referente aos 9M12 ascendeu a 44,2%, uma referência entre os operadores móveis na Europa.

2.1.1. Indicadores Operacionais

NEG. MÓVEL - INDIC. OPERACIONAIS	3T11	3T12	Δ 12/11	2T12	q.o.q.	9M11	9M12	Δ 12/11
Clientes (EoP) ('000)	3.638,6	3.566,3	-2,0%	3.565,0	0,0%	3.638,6	3.566,3	-2,0%
Clientes pré-pagos ('000)	2.423,3	2.367,3	-2,3%	2.364,3	0,1%	2.423,3	2.367,3	-2,3%
Clientes pós-pagos ('000)	1.215,3	1.199,0	-1,3%	1.200,6	-0,1%	1.215,3	1.199,0	-1,3%
Novos Clientes ('000)	52,2	1,3	-97,5%	-44,9	-	34,5	-73,1	-
Receitas Dados como % Rec. Serviços	33,0%	31,4%	-1,7pp	32,8%	-1,4pp	32,4%	31,8%	-0,6pp
Receitas Dados não SMS como % Rec. Dados	75,0%	76,3%	1,3pp	76,6%	-0,3pp	76,3%	76,4%	0,2pp
Total #SMS/mês/Cliente	42,2	41,9	-0,8%	41,9	0,0%	42,4	41,5	-2,2%
MOU ⁽¹⁾ (min.)	125,9	122,6	-2,7%	123,4	-0,7%	126,2	122,7	-2,7%
ARPU ⁽²⁾ (euros)	13,5	12,4	-7,7%	12,0	3,4%	13,0	12,2	-6,7%
Cliente	11,6	10,9	-6,0%	10,6	3,1%	11,3	10,7	-5,2%
Interligação	1,9	1,5	-18,2%	1,4	5,5%	1,7	1,5	-16,1%
ARPM ⁽³⁾ (euros)	0,11	0,10	-5,2%	0,10	4,1%	0,10	0,10	-4,1%

(1) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (2) Receita Média Mensal por Utilizador; (3) Receita Média por Minuto.

Base de Clientes

A base de clientes do negócio Móvel da Optimus totalizou 3,57 milhões, diminuindo 2,0% face ao mesmo período de 2011, apesar do nível positivo de Adições Líquidas registado no 3T12. Esta evolução deveu-se à já esperada erosão sentida na base de subscritores do programa e-iniciativas e, adicionalmente, ao impacto criado pelas medidas de austeridade em Portugal, especialmente no segmento pessoal.

Nos primeiros nove meses de 2012, a receita média mensal por cliente ("ARPU") ascendeu a 12,2 euros. Numa base trimestral, o ARPU referente ao 3T12 aumentou ligeiramente quando comparado com o 2T12, diminuindo, no entanto, 1,1 euros quando comparado com o 3T11. A quebra registada deveu-se a uma combinação de menores Receitas de Interligação, que diminuíram de 1,7 euros para 1,5 euros, e uma menor faturação média por cliente, que diminuiu de 11,3 euros para 10,7 euros.

Os minutos de utilização por cliente por mês diminuíram 2,7% face ao mesmo período de 2011, para 123 minutos mensais.

Receitas de Dados e Banda Larga Móvel

Nos 9M12, as Receitas de Dados representaram 31,8% das Receitas de Serviços, diminuindo 0,6pp face aos 9M11. Apesar da penetração de *smartphones* ser ainda relativamente baixa em Portugal, o peso alcançado na base de clientes da Optimus permitiu compensar, ainda que parcialmente, o impacto causado pelo final do programa e-iniciativas nas Receitas de Dados.

O peso das Receitas de Dados não SMS aumentou 0,2pp, alcançando 76,4% nos 9M12.

2.1.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	3T11	3T12	Δ 12/11	2T12	q.o.q.	9M11	9M12	Δ 12/11
NEGÓCIO MÓVEL - DEM. RESULTADOS								
Volume de Negócios	149,8	137,1	-8,5%	131,0	4,6%	430,2	399,6	-7,1%
Receitas de Serviço	141,7	129,6	-8,5%	125,7	3,1%	411,1	382,2	-7,0%
Receitas de Clientes	122,0	113,7	-6,9%	110,6	2,8%	355,9	336,1	-5,6%
Receitas de Operadores	19,6	15,9	-18,9%	15,1	5,2%	55,2	46,1	-16,4%
Vendas de Equipamento	8,2	7,5	-8,2%	5,3	40,7%	19,1	17,3	-9,1%
Outras Receitas	7,2	6,8	-5,7%	7,8	-13,3%	24,2	21,4	-11,6%
Custos Operacionais	98,2	82,0	-16,5%	79,3	3,4%	285,6	244,2	-14,5%
Custos com Pessoal	12,8	10,9	-15,3%	10,1	7,7%	38,6	32,9	-14,7%
Custos Diretos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	32,3	26,8	-17,0%	28,6	-6,3%	102,3	85,0	-16,9%
Custos Comerciais ⁽²⁾	25,1	20,9	-16,7%	13,7	52,1%	61,6	48,2	-21,8%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	28,0	23,4	-16,3%	26,8	-12,8%	83,0	78,1	-6,0%
EBITDA	58,8	61,9	5,2%	59,5	3,9%	168,7	176,7	4,8%
Margem EBITDA (%)	39,2%	45,1%	5,9pp	45,4%	-0,3pp	39,2%	44,2%	5,0pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	23,7	35,1	47,9%	28,1	24,9%	63,8	82,9	30,0%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	15,8%	25,6%	9,7pp	21,4%	4,1pp	14,8%	20,8%	5,9pp
EBITDA - CAPEX Operacional	35,1	26,8	-23,6%	31,5	-14,8%	104,9	93,8	-10,6%
CAPEX Total	23,8	35,2	48,2%	29,1	20,9%	63,9	84,1	31,7%

(1) Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros.

Volume de Negócios

Nos 9M12, o Volume de Negócios do Móvel diminuiu 7,1%, para 399,6 milhões de euros, impulsionado pelas rubricas de Receitas de Serviço e Vendas de Equipamento. A diminuição das Receitas de Serviço deveu-se a uma combinação de menores Receitas de Clientes e Receitas de Operadores. Tal como já antecipado, as Receitas de Clientes diminuíram 5,6% entre os 9M11 e os 9M12, para 336,1 milhões de euros, devido ao impacto causado pelo final do programa e-iniciativas, assim como pelo ambiente de austeridade nos níveis de consumo e inevitável efeito no ARPU, especialmente no segmento pessoal.

As Receitas de Operadores diminuíram 16,4% entre os 9M11 e os 9M12, para 46,1 milhões de euros, em virtude de menores tarifas reguladas: tarifas de terminação móvel e de *roaming in*.

Custos Operacionais

Em resultado do programa de eficiência da Optimus, com vista a criar uma organização mais otimizada, os Custos Operacionais têm vindo a diminuir. Nos primeiros nove meses de 2012, esta linha diminuiu 14,5% face ao ano anterior, para 244,2 milhões de euros, beneficiando de (i) uma redução de 14,7% nos Custos com o Pessoal; (ii) uma redução de 16,9% nos Custos Diretos de Serviços Prestados, devido a um menor nível de circuitos alugados e custos de rede, consequência da menor dependência da Optimus em relação a infra-estrutura alugada, e, ainda, devido a menores Custos de Interligação, consequência das atuais tarifas de terminação móvel e; (iii) uma redução de 21,8% nos Custos Comerciais, em virtude do efeito combinado de menores Custos de Marketing e Vendas e menores Custos das Mercadorias Vendidas (reflexo da menor Venda de Equipamentos); e (iv) uma redução de 6,0% nos Outros Custos Operacionais, devido maioritariamente a menores Despesas Gerais e Administrativas.

EBITDA

O EBITDA do negócio Móvel aumentou 4,8% face aos 9M11, para 176,7 milhões de euros, devido a uma diminuição de 14,5% nos Custos Operacionais.

Nos 9M12, a margem EBITDA alcançou 44,2%, aumentando 5,0pp face aos 39,2% alcançados nos 9M11. No mesmo período, o EBITDA-CAPEX Operacional diminuiu 10,6%, devido unicamente ao aumento de 30,0% verificado no CAPEX Operacional, resultado da expansão da rede 4G, o objetivo central do plano de investimento da Optimus.

2.2. Negócio Fixo da Optimus

No segmento empresarial, o posicionamento da Optimus como operador integrado e convergente tem sido bem sucedido. No final do 3T12, a percentagem de clientes convergentes excedia já 40% da base, registando uma evolução positiva quando comparada com o ano anterior e potenciando, ao mesmo tempo, o crescimento dos serviços fixos e móveis neste segmento.

No segmento residencial, o nosso desempenho continua influenciado pela decisão de abandonar a aquisição de clientes através da infra-estrutura de cobre do operador incumbente, implementada em 2011.

2.2.1. Indicadores Operacionais

NEG. FIXO - INDIC. OPERACIONAIS	3T11	3T12	Δ 12/11	2T12	q.o.q.	9M11	9M12	Δ 12/11
Total de Acessos	383.568	344.619	-10,2%	354.449	-2,8%	383.568	344.619	-10,2%
Corporate e PME's	157.637	156.897	-0,5%	155.143	1,1%	157.637	156.897	-0,5%
PTSN/RDIS	112.769	113.181	0,4%	111.039	1,9%	112.769	113.181	0,4%
Banda Larga	35.575	31.660	-11,0%	32.472	-2,5%	35.575	31.660	-11,0%
Outros	9.293	12.056	29,7%	11.632	3,6%	9.293	12.056	29,7%
Residencial	225.931	187.722	-16,9%	199.306	-5,8%	225.931	187.722	-16,9%
PTSN/RDIS	106.400	79.467	-25,3%	88.147	-9,8%	106.400	79.467	-25,3%
Banda Larga	85.399	71.243	-16,6%	74.229	-4,0%	85.399	71.243	-16,6%
TV	34.132	37.012	8,4%	36.930	0,2%	34.132	37.012	8,4%
Receita Média por Acesso - Retalho	22,5	21,6	-3,9%	23,4	-7,4%	23,5	22,7	-3,5%

Base de Clientes

O impacto do ambiente macroeconómico tem criado, em 2012, alguma pressão nos segmentos de Corporate e PMEs, evidenciada pela diminuição de 0,5% no número de acessos e por uma quebra de 3,5% na Receita Média por Acesso, durante os primeiros nove meses de 2012.

No entanto, é de realçar que, numa base trimestral, o número de acessos no segmento de Corporate e PMEs aumentou 1,1% entre o 2T12 e o 3T12, para 157 mil acessos. Neste segmento, para além de serviços de voz e banda larga, a Optimus presta também um número crescente de e-services, tais como e-fax ou e-backup a PMEs e, ainda, conectividade através de linhas dedicadas e ligações VPN a grandes empresas.

O número total de acessos diminuiu 10,2%, para 345,0 mil, impulsionado por uma redução de 16,9% no segmento residencial.

2.2.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	3T11	3T12	Δ12/11	2T12	q.o.q.	9M11	9M12	Δ12/11
NEGÓCIO FIXO - DEM. RESULTADOS								
Volume de Negócios	56,6	52,9	-6,5%	55,4	-4,4%	163,5	161,7	-1,1%
Receitas de Serviço	55,4	51,6	-6,8%	53,8	-4,1%	162,1	157,8	-2,7%
Receitas de Clientes	24,7	21,2	-14,2%	23,6	-10,0%	79,1	68,7	-13,0%
Receitas de Operadores	30,7	30,4	-1,0%	30,2	0,6%	83,0	89,0	7,2%
Vendas de Equipamento	1,2	1,3	9,2%	1,6	-17,6%	1,4	3,9	174,9%
Outras Receitas	0,3	0,2	-10,7%	0,4	-31,3%	0,7	0,8	15,3%
Custos Operacionais	52,9	49,1	-7,3%	51,8	-5,3%	154,1	151,4	-1,8%
Custos com Pessoal	0,6	0,9	42,7%	0,9	-0,5%	2,0	2,8	39,7%
Custos Diretos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	40,1	37,3	-6,9%	37,6	-0,8%	113,1	112,2	-0,8%
Custos Comerciais ⁽²⁾	2,0	2,2	7,1%	4,0	-46,0%	7,0	9,7	39,6%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	10,2	8,7	-14,9%	9,3	-6,3%	32,0	26,6	-16,9%
EBITDA	3,9	4,1	4,2%	3,9	4,2%	10,0	11,1	10,2%
Margem EBITDA (%)	6,9%	7,7%	0,8pp	7,1%	0,6pp	6,1%	6,8%	0,7pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	3,6	6,0	65,6%	5,3	12,5%	15,5	15,5	0,4%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	6,4%	11,3%	4,9pp	9,6%	1,7pp	9,5%	9,6%	0,1pp
EBITDA - CAPEX Operacional	0,3	-1,9	-	-1,4	-36,2%	-5,4	-4,5	17,7%
CAPEX Total	3,6	6,0	65,6%	5,3	12,5%	15,5	15,5	0,4%

(1) Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros.

Volume de Negócios

O volume de Negócios do Fixo diminuiu 1,1% face aos 9M11, para 161,7 milhões de euros, apesar da evolução positiva registada nas Receitas de Operadores e nas Vendas de Equipamento. O aumento das Receitas de Operadores é um resultado assinalável, que resulta de um aumento do tráfego, apesar da diminuição de preços de tráfego *wholesale*.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais do negócio Fixo diminuíram 1,8%, para 151,4 milhões de euros. Os Custos Diretos de Serviços Prestados diminuíram 0,8%, consequência de um menor número de linhas alugadas. Os Outros Custos Operacionais diminuíram 16,9% devido, sobretudo, a um menor nível de Custos de *Outsourcing*. Os Custos Comerciais evoluíram 39,6%, em virtude de um Custo das Mercadorias Vendidas superior e, ainda, de maiores Custos de Marketing e Vendas.

EBITDA

O EBITDA dos primeiros nove meses de 2012 aumentou 10,2%, para 11,1 milhões de euros. A margem EBITDA sofreu uma evolução positiva de 0,7pp, de 6,1% para 6,8%.

O EBITDA-CAPEX Operacional aumentou 17,7% entre os dois períodos, alcançando 4,5 milhões de euros negativos, suportado maioritariamente por um maior EBITDA, já que o CAPEX Operacional se manteve estável entre os dois períodos. É de notar que a evolução registada na linha de CAPEX Operacional se deve essencialmente ao investimento na infra-estrutura de FTTH.

3. Software e Sistemas de Informação



A WeDo Technologies, a maior empresa da SSI, continuou a expandir a sua presença internacional focando-se, em simultâneo, na aquisição de novos projetos na área de *business assurance*. Em julho de 2012, com o anúncio de dois novos clientes na Europa e nos EUA, a empresa reforçou a sua posição no segmento de retalho. Este é um marco chave desde o lançamento, em 2011, do *software RAID RETAIL*. Nos 9M12, as receitas da empresa fora do sector das telecomunicações tiveram um aumento de cerca de 80%. Atualmente, a WeDo Technologies conta com mais de 150 clientes em 80 países. Durante os 9M12, as Receitas Internacionais cresceram 4,8% face aos 9M11 e representaram 73,3% do Volume de Negócios total.

A Mainroad, especializada em IT *management*, segurança e continuidade, apresentou um crescimento de 2,0% das suas Receitas de Serviço, aumentando nos 9M12 o EBITDA em 55,9% face ao mesmo período de 2011, apesar das desafiantes condições de mercado.

A Bizdirect, afetada pelo final do programa e-iniciativas e pelo ambiente macroeconómico, apresentou uma quebra de 35,7% no Volume de Negócios. Não obstante, conseguiu reforçar a sua posição de mercado na comercialização de soluções multimarca de equipamentos de IT. É de notar que a Bizdirect aumentou o nível de Receitas Internacionais em 11,6% entre os 9M11 e os 9M12.

Nos 9M12, a Saphety reforçou a sua posição como líder em soluções de simplificação e automatização de processos no mercado interno. Sendo a internacionalização a maior aposta da empresa no presente, as suas receitas internacionais totalizaram nos 9M12 cerca de 12,1% das receitas totais.

3.1. Indicadores Operacionais

SSI - INDICADORES OPERACIONAIS	3T11	3T12	Δ 12/11	2T12	q.o.q.	9M11	9M12	Δ 12/11
Receitas Serv. IT/Colaboradores ⁽¹⁾ ('000 euros)	32,7	35,6	9,0%	34,7	2,7%	97,8	103,3	5,6%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	35,1%	23,4%	-11,7pp	18,6%	4,8pp	35,8%	22,8%	-13,0pp
Vendas Equipam./Colaborador ⁽²⁾ ('000 euros)	384,0	311,4	-18,9%	219,3	42,0%	1191,3	834,6	-29,9%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	2,9	4,3	46,3%	3,6	20,1%	8,8	8,1	-8,0%
Colaboradores	569	622	9,3%	603	3,2%	569	622	9,3%

(1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect.

As Receitas de Serviço por Colaborador ascenderam a 103,3 mil euros, aumentando 5,6% face aos 9M11, com o crescimento das Receitas de Serviço entre os dois semestres a mais do que compensar o aumento de 9,3% no número de Colaboradores.

As Vendas de Equipamento em percentagem do Volume de Negócios diminuíram de 35,8% para 22,8% entre os 9M11 e os 9M12, devido à evolução das Vendas de Equipamento na Bizdirect.

3.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros								
SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS	3T11	3T12	Δ 12/11	2T12	q.o.q.	9M11	9M12	Δ 12/11
Volume de Negócios	27,4	28,0	2,1%	24,8	12,8%	83,3	77,0	-7,6%
Receitas de Serviço	17,8	21,4	20,4%	20,2	6,1%	53,5	59,4	11,1%
Vendas de Equipamento	9,6	6,5	-31,9%	4,6	42,0%	29,8	17,5	-41,1%
Outras Receitas	0,2	0,1	-31,9%	0,2	-37,0%	0,5	0,8	83,9%
Custos Operacionais	25,9	25,4	-1,9%	22,8	11,5%	78,7	70,6	-10,3%
Custos com Pessoal	7,7	8,6	11,8%	8,1	5,2%	22,6	23,8	5,3%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	9,5	7,0	-26,3%	5,1	37,7%	29,7	18,6	-37,5%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	8,8	9,9	12,6%	9,6	2,6%	26,3	28,2	6,9%
EBITDA	1,7	2,7	59,9%	2,2	23,8%	5,0	7,2	43,7%
Margem EBITDA (%)	6,1%	9,5%	3,4pp	8,7%	0,9pp	6,0%	9,4%	3,3pp
CAPEX Operacional ⁽³⁾	1,1	0,7	-39,7%	0,2	188,7%	3,0	1,7	-43,2%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	4,2%	2,5%	-1,7pp	1,0%	1,5pp	3,6%	2,2%	-1,4pp
EBITDA - CAPEX Operacional	0,5	2,0	-	1,9	3,4%	2,0	5,5	169,9%
CAPEX Total	1,1	0,7	-39,7%	10,3	-93,3%	3,0	11,7	-

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros.

Volume de Negócios

Numa base trimestral, o Volume de Negócios da SSI voltou a aumentar, com as Receitas de Serviço a mais do que compensar a diminuição das Vendas de Equipamento. Durante os primeiros nove meses de 2012, o Volume de Negócios diminuiu 7,6% face ao mesmo período de 2011, para 77,0 milhões de euros, impulsionado por uma quebra de 41,1% nas Vendas de Equipamento da Bizdirect. Esta quebra deveu-se ao efeito negativo causado pelo final do programa e-iniciativas, assim como pelo ambiente macroeconómico.

As Receitas de Serviço continuaram a aumentar, crescendo 11,1% durante o período, já beneficiando da aquisição da Connectiv Solutions. Desde 1 de maio de 2012, os resultados da Connectiv são consolidados na SSI. Numa base comparável, o Volume de Negócios da SSI aumentou 5,7% entre os 9M11 e os 9M12.

Custos Operacionais

Nos primeiros nove meses de 2012, os Custos Operacionais da SSI diminuíram 10,3%, para 70,6 milhões de euros. A diminuição de 37,5% nos Custos Comerciais deve-se maioritariamente a uma redução do Custo das Mercadorias Vendidas na Bizdirect. Os Custos com o Pessoal aumentaram 5,3%, consequência do crescimento da WeDo Technologies e da integração dos colaboradores da Connectiv Solutions. O aumento nos Outros Custos Operacionais resulta, sobretudo, de um maior nível de Custos de *Outsourcing*, relacionado com o número crescente de projetos em curso, tal como evidenciado nas Receitas de Serviço.

EBITDA

O EBITDA dos 9M12 ascendeu a 7,2 milhões de euros, aumentando 43,7% quando comparado com os 9M11. Esta evolução deveu-se ao maior nível de Receitas de Serviço e ao menor nível de Custos Operacionais. Como resultado de (i) menores Vendas de Equipamento; (ii) maiores Receitas de Serviço; e (iii) uma diminuição nos Custos Operacionais, a margem EBITDA aumentou 3,4pp entre os períodos em análise, de 6,0% para 9,4%.

Excluindo o efeito da consolidação da Connectiv Solutions, o EBITDA aumentou 24,5% face aos 9M11.

4. Online e Media

De trimestre em trimestre, a presença do Público no digital tem crescido. Como consequência, as Receitas *online* do negócio têm aumentado não superando, no entanto, a quebra verificada nas Receitas de Publicidade e nas Receitas de Circulação. Durante os primeiros nove meses de 2012, as Receitas de Publicidade do negócio de *Online e Media* diminuíram face ao mesmo período de 2011, afetando o EBITDA, que ascendeu a 3,15 milhões de euros negativos, menos 31,3% em relação aos 9M11.

A imprensa escrita está desde há alguns anos a atravessar uma mudança estrutural profunda, à escala mundial, que se tem traduzido numa forte tendência de queda de receitas, em resultado do efeito de substituição do papel pelo *online*. Ao setor em Portugal somam-se ainda os severos impactos da atual crise económica, quer nas Receitas de Circulação, quer nas Receitas de Publicidade.

Com o imperativo de assegurar a sustentabilidade, sem comprometer o seu papel como referência independente de informação em Portugal, a Sonaecom anunciou, no início de outubro de 2012, um projeto de reestruturação.

Este plano inclui uma maior orientação para as crescentes exigências do mundo digital e a redução da estrutura de custos em cerca de 3,5 milhões de euros por ano, com a diminuição de custos de funcionamento e a previsível saída de 48 colaboradores.

Esperamos, deste modo, fortalecer a aposta estratégica no digital, continuando a preservar os valores de qualidade e rigor da marca Público, como consistentemente temos vindo a fazer ao longo dos últimos 22 anos.

5. Principais Desenvolvimentos Regulatórios no 3T12

Consulta Pública

3 de setembro de 2012

O ICP-ANACOM lançou uma consulta pública acerca das obrigações dos operadores móveis no que respeita à cobertura de banda larga móvel de freguesias atualmente sem ou com baixa cobertura. Esta consulta pública surgiu de acordo com as instruções previstas no regulamento do leilão para a atribuição de direitos de utilização de frequências nos 450 MHz, 800 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 2,1 GHz e 2,6 GHz.

O documento lista um total de 480 freguesias, a ser distribuídas em número igual entre os três operadores: TMN, Vodafone e Optimus. O processo para escolha das freguesias será implementado de acordo com os critérios definidos no regulamento, o que significa que serão atribuídas à Optimus as 160 freguesias não escolhidas pela Vodafone e TMN.

Financiamento do Serviço Universal (SU)

23 de agosto de 2012

O Governo publicou a lei que institui o fundo de compensação do SU e que visa o financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do SU.

De acordo com a proposta, devem contribuir para o fundo os operadores de comunicações eletrónicas cujo volume de negócios elegível represente pelo menos 1% do volume de negócios elegível do setor, sendo que o volume de negócios elegível corresponde ao valor das vendas e dos serviços prestados no território nacional, deduzido dos valores correspondentes a receitas provenientes de atividades não relacionadas com a oferta de serviços de comunicações eletrónicas, receitas de transações entre entidades pertencentes ao mesmo grupo e venda de equipamentos terminais. Adicionalmente, esta lei determina que o fundo deverá financiar os custos excessivos do SU antes e após a nomeação do novo prestador de SU.

6. Principais desenvolvimentos corporativos no 3T12

Aquisição de ações próprias

1 a 6 de agosto de 2012

De acordo com as autorizações dadas pela Assembleia Geral de Acionistas e com o intuito de cumprir as obrigações decorrentes dos Planos de Incentivo de Médio Prazo dos colaboradores, a Sonaecom adquiriu, entre 1 e 6 de agosto de 2012, um total de 127.401 ações próprias, representativas de aproximadamente 0,03% do seu capital social, através do Euronext Lisbon Stock Exchange. A 30 de setembro de 2012, a Sonaecom detinha 7.025.192 ações próprias, correspondentes a 1,92% do seu capital social.

7. Outros Indicadores

Nota: Os resultados de 2011 foram reexpressos, de forma a refletir o tratamento contabilístico dos encargos suportados com contratos de fidelização de clientes, os quais, a partir de 1 de janeiro de 2012, passaram a ser capitalizados e amortizados de acordo com o período dos respectivos contratos.

7.1. Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom

Milhões de Euros	3T11	3T12	Δ 12/11	2T12	q.o.q.	9M11	9M12	Δ 12/11
DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS								
Volume de Negócios	224,9	210,1	-6,6%	204,5	2,7%	650,3	617,0	-5,1%
Móvel	149,8	137,1	-8,5%	131,0	4,6%	430,2	399,6	-7,1%
Fixo	56,6	52,9	-6,5%	55,4	-4,4%	163,5	161,7	-1,1%
SSI	27,4	28,0	2,1%	24,8	12,8%	83,3	77,0	-7,6%
Outros & Eliminações	-8,9	-7,9	11,5%	-6,7	-17,7%	-26,6	-21,2	20,4%
Outras Receitas	2,0	1,8	-9,3%	2,7	-33,4%	6,3	6,8	7,6%
Custos Operacionais	163,9	145,3	-11,4%	142,9	1,7%	476,3	432,7	-9,2%
Custos com Pessoal	23,8	22,6	-5,0%	22,2	1,9%	71,1	66,8	-6,0%
Custos Diretos Serviços Prestados ⁽¹⁾	63,2	56,9	-10,0%	58,7	-3,2%	187,7	174,3	-7,1%
Custos Comerciais ⁽²⁾	38,1	31,3	-18,0%	24,0	30,5%	101,2	80,8	-20,2%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	38,9	34,6	-11,1%	38,1	-9,2%	116,3	110,8	-4,7%
EBITDA	62,9	66,5	5,8%	64,2	3,7%	180,3	191,1	6,0%
Margem EBITDA (%)	28,0%	31,7%	3,7pp	31,4%	0,3pp	27,7%	31,0%	3,2pp
Móvel	58,8	61,9	5,2%	59,5	3,9%	168,7	176,7	4,8%
Fixo	3,9	4,1	4,2%	3,9	4,2%	10,0	11,1	10,2%
SSI	1,7	2,7	59,9%	2,2	23,8%	5,0	7,2	43,7%
Outros & Eliminações	-1,5	-2,1	-40,7%	-1,4	-46,8%	-3,5	-4,0	-13,5%
Depreciações e Amortizações	37,6	36,8	-2,1%	37,2	-1,1%	110,4	110,8	0,3%
EBIT	25,4	29,8	17,3%	27,0	10,2%	69,8	80,3	15,0%
Resultados Financeiros	-2,1	-3,5	-68,4%	-3,5	-0,5%	-6,8	-9,3	-35,9%
Proveitos Financeiros	2,3	1,4	-38,0%	1,4	0,7%	5,5	5,0	-8,2%
Custos Financeiros	4,4	4,9	12,0%	4,9	0,6%	12,3	14,3	16,2%
EBT	23,3	26,3	12,8%	23,5	11,6%	63,0	71,0	12,7%
Impostos	1,7	-0,5	-	-2,4	79,1%	-6,2	-7,1	-14,1%
Resultado Líquido	25,0	25,8	3,1%	21,2	21,7%	56,8	63,9	12,5%
Atribuível ao Grupo	25,0	25,8	3,1%	21,2	21,8%	56,8	63,9	12,5%
Atribuível a Interesses Sem Controlo	0,0	0,0	-77,1%	0,0	-71,1%	0,0	0,0	-18,7%

(1) Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos.

7.2. Balanço Consolidado da Sonaecom

Milhões de euros								
BALANÇO CONSOLIDADO	3T11	3T12	Δ12/11	2T12	q.o.q.	9M11	9M12	Δ12/11
Total do Ativo Líquido	1.927,4	1.902,6	-1,3%	1.925,5	-1,2%	1.927,4	1.902,6	-1,3%
Ativos não Correntes	1.486,0	1.589,9	7,0%	1.584,0	0,4%	1.486,0	1.589,9	7,0%
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	853,9	962,9	12,8%	957,9	0,5%	853,9	962,9	12,8%
Goodwill	526,1	529,9	0,7%	529,6	0,0%	526,1	529,9	0,7%
Investimentos	0,2	0,2	0,0%	0,2	0,0%	0,2	0,2	0,0%
Impostos Diferidos Activos	105,4	96,3	-8,6%	95,9	0,4%	105,4	96,3	-8,6%
Outros	0,3	0,7	149,2%	0,3	125,3%	0,3	0,7	149,2%
Ativos Correntes	441,4	312,7	-29,2%	341,5	-8,4%	441,4	312,7	-29,2%
Clientes	133,2	121,1	-9,1%	121,1	0,0%	133,2	121,1	-9,1%
Liquidez	183,0	69,0	-62,3%	109,0	-36,7%	183,0	69,0	-62,3%
Outros	125,2	122,6	-2,1%	111,3	10,1%	125,2	122,6	-2,1%
Capital Próprio	1.028,1	1.070,0	4,1%	1.046,9	2,2%	1.028,1	1.070,0	4,1%
Grupo	1.027,6	1.069,6	4,1%	1.046,5	2,2%	1.027,6	1.069,6	4,1%
Interesses Sem Controlo	0,5	0,4	-19,2%	0,4	2,2%	0,5	0,4	-19,2%
Total Passivo	899,3	832,6	-7,4%	878,6	-5,2%	899,3	832,6	-7,4%
Passivo não Corrente	405,1	290,0	-28,4%	249,6	16,2%	405,1	290,0	-28,4%
Empréstimos Bancários	319,1	195,2	-38,8%	146,3	33,4%	319,1	195,2	-38,8%
Provisões para outros Riscos e Encargos	34,5	44,9	30,0%	47,1	-4,6%	34,5	44,9	30,0%
Outros	51,5	50,0	-3,0%	56,2	-11,1%	51,5	50,0	-3,0%
Passivo Corrente	494,2	542,6	9,8%	629,0	-13,7%	494,2	542,6	9,8%
Empréstimos Bancários	121,9	200,6	64,5%	307,5	-34,8%	121,9	200,6	64,5%
Fornecedores	155,8	156,7	0,6%	142,2	10,2%	155,8	156,7	0,6%
Outros	216,5	185,3	-14,4%	179,3	3,4%	216,5	185,3	-14,4%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	28,4	41,9	47,5%	33,3	25,7%	82,1	100,7	22,8%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	12,6%	19,9%	7,3pp	16,3%	3,6pp	12,6%	16,3%	3,7pp
CAPEX Total	28,4	41,9	47,2%	43,3	-3,4%	82,1	110,8	34,8%
EBITDA - CAPEX Operacional	34,5	24,7	-28,6%	30,9	-20,1%	98,2	90,3	-8,1%
Cash Flow Operacional ⁽²⁾	23,5	30,0	27,8%	31,7	-	54,1	-14,6	-
FCF ⁽³⁾	16,7	18,8	13,0%	14,2	-	28,6	-53,4	-
Dívida Bruta	462,1	417,9	-9,6%	476,8	-12,4%	462,1	417,9	-9,6%
Dívida Líquida	279,0	349,0	25,1%	367,8	-5,1%	279,0	349,0	25,1%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,2 x	1,4 x	0,2x	1,5 x	-0,1x	1,2 x	1,4 x	0,2x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	16,5 x	14,8 x	-1,7x	14,9 x	-0,1x	16,5 x	14,8 x	-1,7x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	31,0%	28,1%	-2,9pp	31,3%	-3,2pp	31,0%	28,1%	-2,9pp
Excluindo a operação de Securitização:								
Dívida Líquida	323,6	370,8	14,6%	394,6	-6,0%	323,6	370,8	14,6%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,4 x	1,5 x	0,1x	1,6 x	-0,1x	1,4 x	1,5 x	0,1x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	16,5 x	14,8 x	-1,7x	14,9 x	-0,1x	16,5 x	14,8 x	-1,7x

(1) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros; (2) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros; (3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (4) Cobertura de Juros.

7.3. FCF Alavancado da Sonaecom

Milhões de Euros	3T11	3T12	Δ 12/11	2T12	q.o.q.	9M11	9M12	Δ 12/11
FREE CASH FLOW ALAVANCADO								
EBITDA-CAPEX Operacional	34,5	24,7	-28,6%	30,9	-20,1%	98,2	90,3	-8,1%
Variação de Fundo de Maneio	-11,2	7,0	-	2,9	139,5%	-47,0	-99,5	-111,7%
Itens não Monetários e Outros	0,1	-1,7	-	-2,1	19,8%	2,8	-5,4	-
Cash Flow Operacional	23,5	30,0	27,8%	31,7	-5,4%	54,1	-14,6	-
Securitização	-5,0	-5,0	0,0%	-5,0	0,0%	-15,0	-15,0	0,0%
Investimentos	0,0	0,0	-	-6,0	100,0%	0,0	-6,0	-
Ações Próprias	0,0	-0,2	-	-2,5	93,9%	-2,2	-3,4	-52,2%
Resultados Financeiros	-1,4	-4,1	-182,7%	-2,4	-68,9%	-6,2	-9,7	-56,0%
Impostos	-0,4	-1,9	-	-1,6	-18,1%	-2,1	-4,8	-135,1%
FCF	16,7	18,8	13,0%	14,2	32,7%	28,6	-53,4	-

7.4. Colaboradores da Sonaecom

Sonaecom	3T11	3T12	Δ 12/11	2T12	q.o.q.	9M11	9M12	Δ 12/11
Total Colaboradores	2.054	2.027	-1,3%	2.019	0,4%	2.054	2.027	-1,3%
Serviços Partilhados e Centro Corporativo	142	138	-2,8%	139	-0,7%	142	138	-2,8%
Telecomunicações	1.085	1.019	-6,1%	1.025	-0,6%	1.085	1.019	-6,1%
SSI	569	622	9,3%	603	3,2%	569	622	9,3%
Online e Media	258	248	-3,9%	252	-1,6%	258	248	-3,9%

7.5. Demonstração de Resultados Consolidados da Optimus

Milhões de Euros	3T11	3T12	Δ 12/11	2T12	q.o.q.	9M11	9M12	Δ 12/11
OPTIMUS DEM RESULTADOS								
Volume de Negócios	197,2	182,7	-7,3%	178,9	2,1%	566,1	538,3	-4,9%
Receitas de Serviço	187,8	173,9	-7,4%	172,0	1,1%	545,7	517,2	-5,2%
Receitas de Clientes	146,3	134,5	-8,1%	133,7	0,6%	433,8	403,6	-6,9%
Receitas de Operadores	41,5	39,4	-5,0%	38,3	2,9%	111,9	113,5	1,5%
Vendas de Equipamento	9,4	8,8	-5,9%	6,9	27,7%	20,5	21,2	3,4%
Outras Receitas	2,6	2,7	4,9%	3,3	-18,8%	8,6	8,6	0,0%
Custos Operacionais	137,0	119,5	-12,8%	118,7	0,6%	396,0	359,2	-9,3%
Custos com Pessoal	13,4	11,7	-12,6%	11,0	6,8%	40,6	35,7	-12,0%
Custos Diretos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	63,0	56,7	-10,1%	58,6	-3,2%	187,3	173,7	-7,3%
Custos Comerciais ⁽²⁾	27,1	23,0	-14,9%	17,7	30,0%	68,6	57,9	-15,6%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	33,5	28,0	-16,4%	31,5	-11,0%	99,5	91,8	-7,7%
EBITDA	62,7	65,9	5,1%	63,5	3,9%	178,8	187,8	5,0%
Margem EBITDA (%)	31,8%	36,1%	4,3pp	35,5%	0,6pp	31,6%	34,9%	3,3pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	27,4	40,8	48,7%	33,3	22,4%	79,6	99,6	25,2%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	13,9%	22,3%	8,4pp	18,6%	3,7pp	14,1%	18,5%	4,4pp
EBITDA - CAPEX Operacional	35,3	25,1	-28,8%	30,1	-16,7%	99,2	88,2	-11,1%
CAPEX Total	27,5	40,9	48,9%	34,4	19,1%	79,7	100,8	26,5%

(1) Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros.

8. Informação Financeira

8.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balanços consolidados

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 (reexpresso), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso) e para 1 de janeiro de 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Notas	setembro de 2012	setembro de 2011 (reexpresso)	dezembro de 2011 (reexpresso)	1 janeiro 2011 (reexpresso)
Ativo					
Ativos não correntes					
Ativos fixos tangíveis	1d), 1i) e 6	582.876.685	573.721.368	583.413.555	592.369.741
Ativos intangíveis	1e) e 7	379.979.252	280.224.079	389.121.882	290.906.832
Goodwill	1g) e 9	529.882.329	526.133.731	521.103.723	526.141.552
Investimentos disponíveis para venda	1h), 8 e 10	212.323	212.323	212.323	212.323
Outros ativos não correntes	1h), 1s) e 1y)	701.845	283.771	264.973	174.363
Impostos diferidos ativos	1q), 1t) e 1l	96.296.946	105.384.838	103.853.881	109.587.224
Total de ativos não correntes		1.589.949.380	1.485.960.110	1.597.970.337	1.519.392.035
Ativos correntes					
Existências	1j)	14.282.672	14.227.875	7.365.390	17.473.750
Clientes	1k) e 8	121.140.637	133.201.825	146.137.974	143.294.200
Outras dívidas de terceiros	1k) e 8	29.432.676	32.552.816	25.933.462	61.302.698
Outros ativos correntes	1s) e 1y)	78.874.262	78.417.903	70.723.575	69.839.130
Caixa e equivalentes de caixa	1l), 8 e 12	68.966.622	183.025.312	189.350.054	68.577.903
Total de ativos correntes		312.696.869	441.425.731	439.510.455	360.487.681
Total do ativo		1.902.646.249	1.927.385.841	2.037.480.792	1.879.879.716
Capital próprio e passivo					
Capital próprio					
Capital social	13	366.246.868	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1v) e 14	(9.627.047)	(13.594.518)	(13.594.518)	(15.030.834)
Reservas	1u)	649.104.083	618.178.374	618.945.566	593.009.788
Resultado líquido consolidado do período		63.902.108	56.785.382	62.287.398	43.669.651
		1.069.626.012	1.027.616.106	1.033.885.314	987.895.473
Interesses sem controlo		392.998	486.559	515.654	593.790
Total do capital próprio		1.070.019.010	1.028.102.665	1.034.400.968	988.489.263
Passivo					
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1m), 1n), 8 e 15	195.153.922	319.067.408	320.176.857	305.038.006
Outros passivos financeiros não correntes	1i), 8 e 16	19.311.607	18.628.442	17.990.531	19.253.869
Provisões para outros riscos e encargos	1p), 1t) e 17	44.914.742	34.547.649	48.549.956	33.150.028
Titularização de créditos	8 e 18	5.000.000	24.914.706	19.951.846	39.740.412
Impostos diferidos passivos	1q) e 1l	1.564.042	5.366.134	5.186.711	5.559.170
Outros passivos não correntes	1s), 1t) e 1y)	24.076.982	2.579.113	30.041.779	2.739.617
Total de passivos não correntes		290.021.295	405.103.452	441.897.680	405.481.102
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1m), 1n), 8 e 15	200.582.408	121.924.773	118.405.031	30.942.240
Fornecedores	8	156.687.700	155.791.136	172.622.586	178.732.746
Outros passivos financeiros	1i), 8, 16 e 19	2.893.694	2.449.306	2.645.498	2.171.140
Titularização de créditos	8 e 18	19.915.612	19.764.541	19.802.596	19.634.161
Outras dívidas a terceiros	8	13.316.233	24.877.605	23.832.672	56.752.155
Outros passivos correntes	1s) e 1y)	149.210.297	169.372.363	223.873.761	197.676.909
Total de passivos correntes		542.605.944	494.179.724	561.182.144	485.909.351
Total do passivo e capital próprio		1.902.646.249	1.927.385.841	2.037.480.792	1.879.879.716

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os períodos e para os trimestres findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 (reexpresso) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Notas	setembro 2012 (não auditado)	julho a setembro 2012 (não auditado)	setembro 2011 (reexpresso e não auditado)	julho a setembro 2011 (reexpresso e não auditado)	dezembro 2011 (reexpresso)
Vendas		46.989.019	17.298.347	58.406.562	21.936.962	77.172.088
Prestações de serviços		569.986.050	192.764.936	591.902.261	202.966.508	786.462.327
Outros proveitos operacionais		6.774.338	1.775.888	6.294.356	1.957.518	8.809.285
		623.749.407	211.839.171	656.603.179	226.860.988	872.443.700
Custo das vendas		(50.653.598)	(19.933.279)	(64.118.471)	(25.305.759)	(85.401.524)
Fornecimentos e serviços externos	1.i) e 20	(287.919.376)	(94.769.429)	(313.041.951)	(105.169.271)	(419.762.108)
Custos com o pessoal	1.y)	(66.797.611)	(22.594.692)	(71.054.381)	(23.794.867)	(92.443.327)
Amortizações e depreciações	1.d), 1.e), 6 e 7	(110.757.246)	(36.784.142)	(110.437.469)	(37.563.713)	(153.301.640)
Provisões e perdas de imparidade	1.p), 1.x) e 17	(16.948.273)	(5.473.639)	(17.022.137)	(5.791.162)	(23.698.647)
Outros custos operacionais		(10.377.638)	(2.522.715)	(11.081.153)	(3.874.584)	(15.663.550)
		(543.453.742)	(182.077.896)	(586.755.562)	(201.499.354)	(790.270.796)
Perdas em empresas associadas		-	-	-	-	(54.422)
Outros custos financeiros	1.n), 1.w), 1.x) e 21	(14.326.518)	(4.944.603)	(12.324.201)	(4.413.568)	(17.413.177)
Outros proveitos financeiros	1.w) e 21	5.043.107	1.448.218	5.495.443	2.337.570	8.575.532
Resultados correntes		71.012.254	26.264.890	63.018.859	23.285.636	73.280.837
Imposto sobre o rendimento	1.q), 1.l) e 22	(7.101.225)	(492.526)	(6.222.509)	1.716.832	(10.955.640)
Resultado líquido consolidado do período		63.911.029	25.772.364	56.796.350	25.002.468	62.325.197
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe	26	63.902.108	25.767.675	56.785.382	24.982.002	62.287.398
Interesses sem controlo		8.921	4.689	10.968	20.466	37.799
Resultados por ação						
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,18	0,07	0,16	0,07	0,17
Diluídos		0,18	0,07	0,16	0,07	0,17
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,18	0,07	0,16	0,07	0,17
Diluídos		0,18	0,07	0,16	0,07	0,17

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas do rendimento integral

Para os períodos e para os trimestres findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 (reexpresso) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Notas	setembro 2012 (não auditado)	julho a setembro 2012 (não auditado)	setembro 2011 (reexpresso e não auditado)	julho a setembro 2011 (reexpresso e não auditado)	dezembro 2011 (reexpresso)
Resultado líquido consolidado do período		63.911.029	25.772.364	56.796.350	25.002.468	62.325.197
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto						
Varição de reservas de conversão cambial e outros	1.w)	(1174.782)	(425.593)	(132.874)	(422.984)	(297.463)
Rendimento integral consolidado do período		62.736.247	25.346.771	56.663.476	24.579.484	62.027.734
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe		62.727.326	25.342.082	56.652.508	24.559.018	61.989.935
Interesses sem controlo		8.921	4.689	10.968	20.466	37.799

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas				Interesses sem controle	Resultado líquido	Total
					Reservas de ações próprias	Incentivo de Médio Prazo (Nota 27)	Outras reservas	Total de reservas			
2012											
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	13.594.518	7.119.989	(185.050.511)	618.945.566	-	62.287.398	1.033.885.314
Aplicação do resultado consolidado de 2011 (reexpresso)											
Transferência para outras reservas (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	62.287.398	62.287.398	-	(62.287.398)	-
Distribuição dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.172.240)	(25.172.240)	-	-	(25.172.240)
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de setembro de 2012	-	-	-	-	-	-	(1174.782)	(1174.782)	-	63.902.108	62.727.326
Aquisição de ações próprias	-	(3.382.977)	-	-	3.382.977	-	(3.382.977)	-	-	-	(3.382.977)
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Curto e Médio Prazo (Notas 1y) e 27)	-	7.350.448	-	-	(7.350.448)	(4.006.035)	5.751.065	(5.605.420)	-	-	1.745.029
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1y) e 27)	-	-	-	-	-	3.115.080	-	3.115.080	-	-	3.115.080
Derivado sobre ações próprias (Notas 18 e 21)	-	-	-	-	-	-	(3.291.520)	(3.291.520)	-	-	(3.291.520)
Saldo em 30 de setembro de 2012	366.246.868	(9.627.047)	775.290.377	7.991.192	9.627.047	6.229.034	(150.033.567)	649.104.083	-	63.902.108	1.069.626.012
Interesses sem controle											
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	515.654	-	515.654
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	8.921	-	8.921
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.500)	-	(124.500)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.077)	-	(7.077)
Saldo em 30 de setembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	392.998	-	392.998
Total	366.246.868	(9.627.047)	775.290.377	7.991.192	9.627.047	6.229.034	(150.033.567)	649.104.083	392.998	63.902.108	1.070.019.010

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Reservas			Interesses sem controle		Total
						Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 27)	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido		
2011											
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reexpresso)	366.246.868	(15.030.834)	775.290.377	1.221.003	15.030.834	4.812.753	(203.345.179)	593.009.788	-	43.669.651	987.895.473
Aplicação do resultado consolidado de 2010 (reexpresso)											
Transferência para reserva legal e outras reservas (reexpresso)	-	-	-	6.770.189	-	-	36.899.462	43.669.651	-	(43.669.651)	-
Distribuição dividendos	-	-	-	-	-	-	(17.859.403)	(17.859.403)	-	-	(17.859.403)
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de setembro de 2011	-	-	-	-	-	-	(132.874)	(132.874)	-	56.785.382	56.652.508
Aquisição de ações próprias	-	(2.223.287)	-	-	2.223.287	-	(2.223.287)	-	-	-	(2.223.287)
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Curto e Médio Prazo (Notas 1y) e 27)	-	3.659.603	-	-	(3.659.603)	(1.604.799)	1.775.360	(3.489.042)	-	-	170.561
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1y) e 27)	-	-	-	-	-	2.980.254	-	2.980.254	-	-	2.980.254
Saldo em 30 de setembro de 2011 (reexpresso)	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	13.594.518	6.188.208	(184.885.921)	618.178.374	-	56.785.382	1.027.616.106
Interesses sem controle											
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	-	-	593.790	-	593.790
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	10.968	-	10.968
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.500)	-	(124.500)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	6.301	-	6.301
Saldo em 30 de setembro de 2011 (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	-	-	486.559	-	486.559
Total	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	13.594.518	6.188.208	(184.885.921)	618.178.374	486.559	56.785.382	1.028.102.665

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em Euros)	setembro 2012		setembro 2011	
Atividades operacionais				
Recebimentos de clientes	606.417.754		638.080.133	
Pagamentos a fornecedores	(362.712.707)		(409.920.816)	
Pagamentos ao pessoal	(81.129.140)		(79.445.037)	
Fluxo gerado pelas operações	162.575.907		148.714.280	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(4.840.059)		(2.058.841)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	(4.875.283)		(9.846.736)	
Fluxos das atividades operacionais (1)	152.860.565	152.860.565	136.808.703	136.808.703
Atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	9.118.193		16.266.882	
Ativos fixos intangíveis	-		37.463	
Juros e proveitos similares	4.414.619		4.519.144	
Dividendos	11.443	13.544.255	-	20.823.489
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(6.447.860)		(8.860.291)	
Ativos fixos tangíveis	(67.891.788)		(74.688.845)	
Ativos intangíveis	(109.825.306)		(15.980.291)	
Empréstimos concedidos	-	(184.164.954)	(3.570)	(99.532.997)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(170.620.699)		(78.709.508)
Atividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	33.347.408	33.347.408	107.700.000	107.700.000
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(2.572.704)		(1.955.766)	
Juros e custos similares	(14.381.481)		(12.099.477)	
Dividendos	(25.296.740)		(17.983.903)	
Aquisição de ações próprias	(3.382.976)		(2.223.287)	
Empréstimos obtidos	(103.096.843)	(148.730.744)	(15.095.748)	(49.358.181)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(115.383.336)		58.341.819
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(133.143.470)		116.441.014
Efeito das diferenças de câmbio		(108.074)		(184.610)
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		189.031.758		65.985.051
Caixa e seus equivalentes no final do período		55.780.214		182.241.455

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	setembro 2012	setembro 2011
a) Pagamento de aquisições		
Connectiv Solutions, Inc	6.441.678	-
Infosystems	6.182	-
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	8.860.291
	6.447.860	8.860.291

2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	setembro 2012	setembro 2011
Numerário	496.718	111.362
Depósitos à ordem	9.584.956	5.883.950
Aplicações de Tesouraria	58.884.948	177.030.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	(13.186.408)	(783.857)
Caixa e seus equivalentes	55.780.214	182.241.455
Depósitos à ordem (saldos credores)	13.186.408	783.857
Disponibilidades constantes do balanço	68.966.622	183.025.312

3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	setembro 2012	setembro 2011
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	55.119.000	103.050.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxo das actividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
Telecomunicações	159.049.549	(163.541.331)	(19.988.117)	(24.479.899)
Multimédia	(2.333.452)	(709.544)	(125.021)	(3.168.017)
Sistemas de Informação	(2.971.448)	(7.529.239)	5.634.995	(4.865.692)
Holding	(884.084)	1.159.415	(100.905.193)	(100.629.862)
	152.860.565	(170.620.699)	(115.383.336)	(133.143.470)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

8.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ('Empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ('Grupo').

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objeto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a Empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Os negócios do Grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades:

- Operador de telecomunicações móveis, fixas e internet;
- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 13 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2 e 3), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IAS/IFRS') tal como adotadas pela União Europeia, e tendo em consideração a IAS 34 - 'Relato Financeiro Intercalar'. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

Até à data não existem normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e que tivessem aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 e que fossem adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de setembro de 2012.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)	5-jun-12
Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)	5-jun-12
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o 'método do corredor', melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos.	

Estas normas apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa no período findo em 30 de setembro de 2012, em virtude da sua aplicação não

ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 - Alterações (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)	1-jul-11
As emendas relativas à Isenção para hiperinflação severa e remoção das taxas fixas:1) substituem as datas fixas estabelecidas na exceção para desreconhecimento e na exceção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adoção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	
IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)	1-jan-13
As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e propõem a permissão da aplicação prospectiva da IAS 20.	
IFRS 7 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros: Divulgações)	1-jan-13
A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transações de ativos financeiros (por exemplo: securitização de ativos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transações de ativos ocorrer perto do final do período de relato.	
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros e alterações posteriores)	1-jan-15
Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	

IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)	1-jan-13
--	-----------------

Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.

Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)	1-jan-13
--	-----------------

O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.

Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12)	1-jan-13
---	-----------------

As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.

IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes)	1-jan-12
--	-----------------

Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados' deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.

IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)	1-jan-13
---	-----------------

Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)	1-jan-13
--	-----------------

O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.

IAS 32 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)	1-jan-14
--	-----------------

A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.

IFRIC 20 - Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)	1-jan-13
---	-----------------

A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, o Grupo, alinhado com as melhores práticas do setor das telecomunicações, alterou a política de contabilização dos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais eram, até à data, registados como custo no exercício em que eram incorridos. A partir de 1 de janeiro de 2012, os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, são capitalizados na rubrica 'Ativos intangíveis' e amortizados de acordo com o período dos respetivos contratos, uma vez que apenas agora é possível efetuar, de forma fidedigna, a alocação dos custos aos respetivos contratos, bem como a identificação de qual a receita gerada pelos clientes associados a cada contrato, cumprindo assim o critério para a sua capitalização, conforme exigido pela IAS 38 - Ativos intangíveis. Quando um contrato é rescindido o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na demonstração dos resultados. Esta política contabilística permite que as demonstrações financeiras revelem de forma mais fiável e relevante a sua posição e desempenho financeiro, uma vez que permite alinhar os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, com a receita por si gerada. Adicionalmente, e com a periodicidade entendida relevante, são efetuados testes de imparidade a este ativo intangível de forma a garantir que o valor atual da receita que se estima gerar com cada contrato de fidelização de clientes é superior ao encargo que se encontra capitalizado relativo a esse contrato.

Conforme previsto pela IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, a alteração de política foi aplicada retrospectivamente, pelo que, a 1 de janeiro de 2011, o Grupo reconheceu um ativo intangível relacionado com o montante de encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes até essa data líquido das respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas. A demonstração de resultados consolidada de 2011 foi ajustada para refletir: (i) a capitalização dos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização e; (ii) a amortização e as perdas por imparidade do ativo intangível reconhecido no exercício e em exercícios anteriores. Consequentemente, foram efetuadas alterações nos Balanços consolidados a 1 de janeiro de 2011, a 30 de setembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2011 e nas Demonstrações Consolidadas dos resultados por natureza para o período findo em 30 de setembro de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme segue:

Balanco a 1 de janeiro de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balanco reexpresso
Ativo			
Ativos tangíveis	592.369.741	-	592.369.741
Ativos intangíveis	272.896.942	18.009.890	290.906.832
Goodwill	526.141.552	-	526.141.552
Outros ativos	470.461.591	-	470.461.591
Total do Ativo	1.861.869.826	18.009.890	1.879.879.716
Passivo			
Passivos não correntes	400.708.481	4.772.621	405.481.102
Passivos correntes	485.909.351	-	485.909.351
Total do passivo	886.617.832	4.772.621	891.390.453
Capital próprio excl. interesses sem controlo	974.658.204	13.237.269	987.895.473
Interesses sem controlo	593.790	-	593.790
Total do capital próprio	975.251.994	13.237.269	988.489.263
Total do capital próprio e do passivo	1.861.869.826	18.009.890	1.879.879.716

Balanco a 30 de setembro de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balanco reexpresso
Ativo			
Ativos tangíveis	573.721.368	-	573.721.368
Ativos intangíveis	262.630.465	17.593.614	280.224.079
Goodwill	526.133.731	-	526.133.731
Outros ativos	547.306.663	-	547.306.663
Total do Ativo	1.909.792.227	17.593.614	1.927.385.841
Passivo			
Passivos não correntes	400.441.144	4.662.308	405.103.452
Passivos correntes	494.179.724	-	494.179.724
Total do passivo	894.620.868	4.662.308	899.283.176
Capital próprio excl. interesses sem controlo	1.014.684.800	12.931.306	1.027.616.106
Interesses sem controlo	486.559	-	486.559
Total do capital próprio	1.015.171.359	12.931.306	1.028.102.665
Total do capital próprio e do passivo	1.909.792.227	17.593.614	1.927.385.841

Balanco a 31 de dezembro de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balanco reexpresso
Ativo			
Ativos tangíveis	583.413.555	-	583.413.555
Ativos intangíveis	371.429.260	17.692.622	389.121.882
Goodwill	521.103.723	-	521.103.723
Outros ativos	543.841.632	-	543.841.632
Total do Ativo	2.019.788.170	17.692.622	2.037.480.792
Passivo			
Passivos não correntes	437.209.135	4.688.545	441.897.680
Passivos correntes	561.182.144	-	561.182.144
Total do passivo	998.391.279	4.688.545	1.003.079.824
Capital próprio excl. interesses sem controlo	1.020.881.237	13.004.077	1.033.885.314
Interesses sem controlo	515.654	-	515.654
Total do capital próprio	1.021.396.891	13.004.077	1.034.400.968
Total do capital próprio e do passivo	2.019.788.170	17.692.622	2.037.480.792

Balanco a 30 de setembro de 2012

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balanco reexpresso
Ativo			
Ativos tangíveis	582.876.685	-	582.876.685
Ativos intangíveis	365.083.544	14.895.708	379.979.252
Goodwill	529.882.329	-	529.882.329
Outros ativos	409.907.983	-	409.907.983
Total do Ativo	1.887.750.541	14.895.708	1.902.646.249
Passivo			
Passivos não correntes	288.462.766	1.558.529	290.021.295
Passivos correntes	542.605.944	-	542.605.944
Total do passivo	831.068.710	1.558.529	832.627.239
Capital próprio excl. interesses sem controlo	1.056.288.833	13.337.179	1.069.626.012
Interesses sem controlo	392.998	-	392.998
Total do capital próprio	1.056.681.831	13.337.179	1.070.019.010
Total do capital próprio e do passivo	1.887.750.541	14.895.708	1.902.646.249

Demonstração de resultados a 30 de setembro de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	656.603.179	-	656.603.179
Custos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	(329.309.958)	16.268.007	(313.041.951)
Amortizações	(93.753.186)	(16.684.283)	(110.437.469)
Outros custos operacionais	(163.276.142)	-	(163.276.142)
Resultado antes de result. Financ. e impostos	70.263.893	(416.276)	69.847.617
Resultados financeiros	(6.828.758)	-	(6.828.758)
Imposto sobre o rendimento	(6.332.822)	110.313	(6.222.509)
Resultado líquido consolidado	57.102.313	(305.963)	56.796.350
Atribuível a interesses sem controlo	10.968	-	10.968
Atribuível a acionistas da empresa mãe	57.091.345	(305.963)	56.785.382
Resultados por ação			
Incluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,16	0,00	0,16
Diluídos	0,16	0,00	0,16
Excluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,16	0,00	0,16
Diluídos	0,16	0,00	0,16

Demonstração de resultados a 31 de dezembro de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	872.443.700	-	872.443.700
Custos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	(442.250.912)	22.488.804	(419.762.108)
Amortizações	(130.495.567)	(22.806.073)	(153.301.640)
Outros custos operacionais	(217.207.048)	-	(217.207.048)
Resultado antes de result. Financ. e impostos	82.490.173	(317.269)	82.172.904
Resultados financeiros	(8.892.067)	-	(8.892.067)
Imposto sobre o rendimento	(11.039.716)	84.076	(10.955.640)
Resultado líquido consolidado	62.558.390	(233.193)	62.325.197
Atribuível a interesses sem controlo	37.799	-	37.799
Atribuível a acionistas da empresa mãe	62.520.591	(233.193)	62.287.398
Resultados por ação			
Incluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,18	0,00	0,17
Diluídos	0,18	0,00	0,17
Excluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,18	0,00	0,17
Diluídos	0,18	0,00	0,17

Demonstração de resultados a 30 de setembro de 2012

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	623.749.407	-	623.749.407
Custos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	(302.775.880)	14.856.504	(287.919.376)
Amortizações	(93.103.829)	(17.653.417)	(110.757.246)
Outros custos operacionais	(144.777.120)	-	(144.777.120)
Resultado antes de result. Financ. e impostos	83.092.578	(2.796.913)	80.295.665
Resultados financeiros	(9.283.411)	-	(9.283.411)
Imposto sobre o rendimento	(10.231.241)	3.130.016	(7.101.225)
Resultado líquido consolidado	63.577.926	333.103	63.911.029
Atribuível a interesses sem controlo	8.921	-	8.921
Atribuível a acionistas da empresa mãe	63.569.005	333.103	63.902.108
Resultados por ação			
Incluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,18	0,00	0,18
Diluídos	0,18	0,00	0,18
Excluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,18	0,00	0,18
Diluídos	0,18	0,00	0,18

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo Grupo a 30 de setembro de 2012, com exceção do ponto anteriormente referido, são comparáveis com os

utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas as demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica 'Interesses sem controlo'.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o Grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é

efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Os 'Investimentos em empresas associadas' encontram-se descritos na Nota 4.

c) Empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como goodwill (Nota 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspetos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 3.

d) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Outras construções	10-40
Redes de telecomunicações	10-40
Outros equipamentos básicos	1-16
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1-10
Ferramentas e utensílios	4-8
Outros ativos fixos tangíveis	4-8

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospetivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de ativos associados às redes de telecomunicações fixa e móvel, tendo como base relatórios de avaliação produzidos por entidades especializadas, independentes.

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o Grupo incorre, são capitalizados e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/ desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

e) Ativos intangíveis

Os 'ativos intangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo

possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os 'ativos intangíveis' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a 'ativos fixos tangíveis' – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM, UMTS e o espectro para serviços de 4ª Geração) e de rede fixa, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e os encargos suportados com a angariação dos contratos de fidelização de clientes.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo estimado da concessão, pelo que a licença UMTS, está a ser amortizada até 2030 e a licença LTE até 2041. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo estimado da licença acima indicado. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

Os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, são capitalizados na rubrica 'Ativos intangíveis' e amortizados de acordo com o período dos respetivos contratos. Quando um contrato é rescindido o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na demonstração dos resultados Adicionalmente, e com a periodicidade entendida relevante, são efetuados testes de imparidade a este ativo intangível de forma a garantir que o valor atual da receita que se estima gerar com cada contrato de fidelização de clientes é superior ao encargo que se encontra capitalizado relativo a esse contrato.

As amortizações do exercício dos 'ativos intangíveis' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O Grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

g) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Goodwill' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados. O Grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de 'Goodwill', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em 'Goodwill' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, o 'Goodwill' era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de

acordo com a IFRS 3 – 'Concentrações de atividades empresariais', o Grupo suspendeu a amortização de 'Goodwill', sujeitando o mesmo a testes de imparidade (alínea x). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas a 'Goodwill' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

h) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de

opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o Grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

i) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD'), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) Existências

As 'existências' são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados na Demonstração de Resultados, em 'Custo das vendas'.

k) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o Grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e

associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

m) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

o) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo Grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de cash-flow é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura';
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 30 de setembro de 2012, o Grupo não se encontrava a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.y).

p) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

q) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – 'Impostos sobre rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para

efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Outros Proveitos Operacionais'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. No caso dos investimentos em ativos fixos tangíveis, tais subsídios são reconhecidos durante o período de vida útil estimado para os bens em causa e, no caso de outro tipo de investimentos, à medida que este vai sendo realizado.

s) Especialização de exercícios e Rébito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea p).

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A faturação destes serviços é efetuada numa base mensal. Os valores não faturados, desde o último ciclo de faturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efetuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Optimus - Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

t) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

u) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2 - 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os Planos de Incentivo de Médio Prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.o)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 30 de setembro de 2012, a Sonaecom, SGPS, S.A., dispunha de reservas que, pela sua

natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 161,9 milhões de euros.

v) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

w) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

O 'Goodwill' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2012		2011	
	30 de setembro	Média	30 de setembro	Média
Libra inglesa	1,2531	1,2321	1,1539	1,1478
Real brasileiro	0,3812	0,4082	0,3989	0,4366
Dólar americano	0,7734	0,7812	0,7406	0,7112
Zloti (Polónia)	0,2437	0,2378	0,2270	0,2493
Dólar australiano	0,8067	0,8081	0,7208	0,7389
Pesos mexicanos	0,0602	0,0591	0,0538	0,0592
Libra Egípcia	0,1276	0,1289	0,1252	0,1219
Ringgit (Malásia)	0,2526	0,2520	0,2320	0,2349
Peso Chileno	0,0016	0,0016	0,0014	0,0015
Dólar de Singapura	0,6310	0,6207	0,5685	0,5704
Franco suíço	0,8265	0,8303	0,8217	0,8123
Coroa Sueca	0,1184	0,1146	-	-
Rand de África do Sul	0,0934	0,0971	-	-
Kwanza (Angola)	0,0081	0,0082	-	-
Dinar de Marrocos	0,0902	0,0902	-	-

x) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Goodwill, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos

individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor de Goodwill e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo. Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

y) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – 'Pagamento com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 30 de setembro de 2012, dois planos de ações Sonaecom em aberto estavam totalmente cobertos através da detenção de ações próprias. Para o plano de 2011, a Empresa celebrou com a Sonae SGPS, S.A. um contrato esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do Grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do Plano de Incentivos de Médio Prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. O impacto associado aos planos de ações dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a Empresa efetuou, para todos os planos, contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade encontra-se registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre

condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (Contas a Receber e Existências) e provisões;
- (iv) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 - 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

ab) Gestão do Risco Financeiro

A atividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.0)).

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egito, no Chile, no

Panamá, em Singapura e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.0)).

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o Grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das

previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

Risco de Crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo fato de o Grupo, no que respeita a operadores de telecomunicações, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. O Grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de setembro de 2012 e 2011, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2012		2011	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Empresa-mãe							
SONAECON, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias							
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Artis")	Maia	Concepção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrônicas e dos respetivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de ativos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Sonae Telecom Sonaecom	100% -	100% -	- 100%	- 100%
Be Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering")	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Sonae Telecom Optimus	100% -	100% -	- 100%	- 100%
Cape Technologies Limited ("Cape Technologies")	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Connectiv Solutions, Inc. ("Connectiv") (a)	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do US	100%	100%	-	-
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" - usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae com SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Infosystems - Sociedade de Sistemas de Informação, S.A. ("Infosystems") (b)	Luanda	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação no setor das telecomunicações e outros; desenvolvimento, comercialização e distribuição de software e equipamentos conexos; concepção e desenvolvimento de plataformas de gestão; e comercialização de produtos e serviços	Sonae com SI	50%	50%	-	-
Lugares Virtuais, S.A. ("Lugares Virtuais")	Maia	Organização e gestão de portais eletrónicos on-line, aquisição de conteúdos, gestão de leilões eletrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via eletrónica e quaisquer atividades conexas.	Miauger	100%	100%	100%	100%
Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A. ("Miauger")	Maia	Organização e gestão de leilões eletrónicos on-line de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus")	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações eletrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas.	Sonae Telecom Sonaecom	100% -	100% -	35,86% 64,14%	35,86% 64,14%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ")	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Per-Mar - Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar")	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Sonae Telecom Optimus	100% -	100% -	- 100%	- 100%
Præsidium Services Limited ("Præsidium Services")	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
Público - Comunicação Social, S.A. ("Público")	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%

*Porcentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa adquirida em abril de 2012.

(b) Empresa adquirida em junho de 2012.

Porcentagem do capital detido

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	2012		2011	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ("Saphety")	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de software.	Sonae com SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ("Sonaecom SP") (c)	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonaecom	100%	100%	-	-
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing</i> e <i>joint-ventures</i> .	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Información Españã, S.L. ("SSI Españã")	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom") (d)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária")	Maia	Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens	Sonae Telecom Sonaecom	100% -	100% -	- 100%	- 100%
SSI Angola, S.A. ("SSI Angola") (e)	Luanda	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação no setor das telecomunicações e outros; desenvolvimento, comercialização e distribuição de software e equipamentos conexos; conceção e desenvolvimento de plataformas de gestão; e comercialização de produtos e serviços	Infosystems	100%	50%	-	-
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ("Tecnológica")	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ("We Do")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software</i> e <i>hardware</i> ; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ("We Do Poland")	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ("We Do US")	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ("We Do Asia")	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ("We Do BV")	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV – Sucursal Malásia ("We Do Malásia")	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Chile SpA ("We Do Chile")	Chile	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ("We Do Egypt")	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies (UK) Limited ("We Do UK")	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de RL. ("We Do Mexico")	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	5% 95%	5% 95%	5% 95%	5% 95%
We Do Technologies Panamá S.A. ("We Do Panamá")	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ("We Do Singapura")	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%

* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(c) Empresa constituída em janeiro de 2012.

(d) Esta empresa alterou a sua denominação social para OPTIMUS – SGPS, S.A., a 12 de outubro de 2012.

(e) Empresa adquirida em junho de 2012.

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas' (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Empresas controladas conjuntamente

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, o Grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional as seguintes empresas:

				Percentagem do capital detido			
				2012		2011	
Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ("Unipress")	Vila Nova de Gaia	Comércio, indústria de artes gráficas e impressão de jornais.	Público	50%	50%	50%	50%
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." – usando a marca "Rádio Nova") (a)	Porto	Atividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	-	-
Infosystems – Sociedade de Sistemas de Informação, S.A. ('Infosystems')	Luanda	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Sonae com SI	50%	50%	-	-
SSI Angola, S.A. ('SSI Angola')	Luanda	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de	Infosystems	100%	50%	-	-

*Percentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa incluída na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, em setembro de 2011.

Em dezembro de 2011, a consolidação da SIRS foi alterada do Método de Equivalência Patrimonial para a consolidação proporcional, considerando os direitos de governo societário atribuídos à Sonaecom no âmbito dos acordos de acionistas da Empresa. Esta alteração não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, os principais impactos decorrentes da consolidação pelo método proporcional, das entidades acima referidas, é o seguinte (débito/(crédito)):

	2012	2011
Ativos não correntes	1.937.006	2.207.396
Ativos correntes	1.147.409	937.956
Passivos não correntes	(1.890.551)	(2.088.096)
Passivos correntes	(496.938)	(460.816)
Resultado líquido	(176.744)	167.892
Total de proveitos	(1.507.215)	(1.317.671)
Total de custos	1.330.471	1.149.779

4. Investimentos em empresas associadas

Em 30 de setembro de 2011, esta rubrica inclui o investimento numa empresa associada, cuja sede social, atividade principal, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço, eram os seguintes:

				Percentagem do capital detido				Valor de balanço	
				2012		2011		2012	2011
Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*	2012	2011
Empresas associadas: Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." – usando a marca "Rádio Nova")	Porto	Atividade de radiodifusão sonora.	Público	-	-	45%	45%	(b)	(a)

*Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Participação que se encontra registada por um valor nulo.

(b) Empresa controlada conjuntamente em 30 de setembro de 2012 (Nota 3).

A 30 de setembro de 2011 a empresa associada foi incluída na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 1.b), não tendo sido necessário efetuar qualquer ajustamento de uniformização das políticas contabilísticas da empresa associada com as políticas contabilísticas do Grupo, dado não existirem diferenças significativas.

Em 30 de setembro de 2011, o valor dos ativos, passivos, proveitos, e resultado líquido da empresa associada foi como se segue:

Empresa	Ativo	Passivo	Total de proveitos	Resultado líquido
2011				
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	668.373	659.184	733.192	39.623

5. Alterações ocorridas no Grupo

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

a) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação atual
2012				
Sonaecom	Sonaecom SP	jan-12	50.000 EUR	100%

b) Aquisições

Compradora	Participada	Data	% adquirida	% participação atual
2012				
Wedo US	Connectiv	abr-12*	100%	100%
Sonae com SI	Infosystems	jun-12	50%	50%
Infosystems	SSI Angola	jun-12	100%	100%

* A assinatura do contrato de aquisição ocorreu em abril de 2012, com efeitos a 1 de maio de 2012.

Em 30 de abril de 2012, o grupo adquiriu a totalidade do capital da Connectiv Solutions, Inc., no seguimento da qual consolidou pelo método integral os ativos e passivos e resultados desta empresa a partir de 1 de maio de 2012.

A Connectiv tem como principal atividade a prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.

(Montantes expressos em Euros)	Valor de Balanço antes da aquisição	Justo Valor
Ativos adquiridos		
Ativos tangíveis	625.785	625.785
Outras dívidas de terceiros	1.155.221	1.155.221
Outros ativos	116.717	116.717
Caixa e equivalentes de caixa	315.304	315.304
	2.213.027	2.213.027
Passivos adquiridos		
Outras dívidas a terceiros	184.608	184.608
Outros passivos	1.144.459	1.144.459
	1.329.067	1.329.067
Total dos ativos líquidos adquiridos	883.960	883.960
Preço de aquisição		9.419.742
Goodwill		8.535.782

No seguimento da aquisição da Connectiv, a Empresa efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, pelo que a alocação do preço de compra está ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pela IFRS 3 Concentrações Empresariais.

Não obstante, a Empresa não estima alterações significativas na sua posição financeira em resultado de eventuais alterações à alocação realizada.

O preço de aquisição inclui um montante diferido (2 milhões de USD) a pagar em 2013 e 2014, e um montante contingente, a pagar anualmente, durante 4 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também no caso da aquisição da Connectiv, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo reconhecido como Goodwill. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado. O montante total de Goodwill será considerado como custo fiscal nas contas da Connectiv, por um período de 15 anos.

A contribuição da Connectiv para o resultado líquido atribuível a acionistas da Sonaecom, no período findo em 30 de setembro de 2012, foi positivo em 751 milhares de Euros.

O detalhe da referida contribuição é como segue:

(Montantes expressos em Euros)	Contribuição a 30 de setembro de 2012
Receitas totais	2.858.831
Custos e perdas	
Fornecimentos e serviços externos	(412.361)
Custos com pessoal	(1.482.996)
Resultado antes de result. Financ. e impostos	963.474
Resultados financeiros	(1.979)
Imposto sobre o rendimento	(210.856)
Resultado líquido consolidado atribuível a acionistas da empresa mãe	750.639

Caso a Connectiv tivesse sido consolidada desde 1 de janeiro de 2012, os valores proforma das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses sem controlo, para o período findo em 30 de setembro de 2012, seriam como segue:

(Montantes expressos em Euros)	30 setembro 2012 Pró-forma
Receitas operacionais consolidadas	626.726.698
Resultado líquido antes de interesses sem controlo	64.398.314

A contribuição da Connectiv no balanço consolidado da Sonaecom em 30 de setembro de 2012, a qual não inclui o goodwill gerado pela Empresa em resultado da aquisição dos investimentos nesta empresa, é como segue:

(Montantes expressos em Euros)	Contribuição a 30 de setembro de 2012
Ativo	
Ativos tangíveis	691.053
Clientes	1.045.815
Caixa e equivalentes de caixa	677.078
Outros Ativos	356.031
Total do Ativo	2.769.977
Passivo	
Passivos não correntes	129.057
Passivos correntes	993.600
Total do passivo	1.122.657
Ativos líquidos	1.647.320

c) Dissoluções

Participante	Participada	Data	% participação
2011			
Público	M3G	Set-11	100%

6. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

								2012
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2011	302.416.354	1.039.039.573	184.996	201.461.205	1.181.254	5.677.521	36.269.347	1.586.230.250
Entrada de empresas (Nota 5. b))	-	-	-	1.212.130	-	-	-	1.212.130
Adições	159.746	3.929.397	5.338	11.056.116	220	6.846	66.391.733	81.549.396
Alienações	(321.035)	(44.675.989)	-	(699.397)	(3.794)	(18.892)	-	(45.719.107)
Transferências e abates	4.435.467	51.658.815	-	1.897.902	599	37.717	(67.283.017)	(9.252.517)
Saldo em 30 setembro 2012	306.690.532	1.049.951.796	190.334	214.927.956	1.178.279	5.703.192	35.378.063	1.614.020.152
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2011	161.265.292	655.832.295	136.116	179.673.009	1.137.465	4.772.518	-	1.002.816.695
Entrada de empresas (Nota 5. b))	-	-	-	586.345	-	-	-	586.345
Amortizações do período	6.002.099	42.965.392	25.608	13.322.085	9.013	314.923	-	62.639.120
Alienações	(233.865)	(33.684.999)	-	(526.014)	(1.976)	(5.117)	-	(34.451.971)
Transferências e abates	(22.594)	(230.509)	-	(193.619)	-	-	-	(446.722)
Saldo em 30 setembro 2012	167.010.932	664.882.179	161.724	192.861.806	1.144.502	5.082.324	-	1.031.143.467
Valor líquido	139.679.600	385.069.617	28.610	22.066.150	33.777	620.868	35.378.063	582.876.685
2011								
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2010	293.165.987	1.035.279.721	185.510	191.447.203	1.164.237	5.543.321	40.982.832	1.567.768.811
Adições	57.983	4.758.751	-	11.030.984	8.970	2.016	38.325.834	54.184.538
Alienações	(215.400)	(42.642.627)	(515)	(3.212.080)	(4.192)	-	-	(46.074.814)
Transferências e abates	7.020.040	38.309.857	-	(1.068.539)	3.817	61.562	(55.251.857)	(10.925.120)
Saldo em 30 setembro 2011	300.028.610	1.035.705.702	184.995	198.197.568	1.172.832	5.606.899	24.056.809	1.564.953.415
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2010	153.589.162	647.567.969	103.516	169.023.979	1.124.067	3.990.377	-	975.399.070
Amortizações do período	9.068.273	40.976.429	24.629	13.809.522	11.294	565.873	-	64.456.020
Alienações	(97.734)	(35.609.844)	(268)	(3.185.270)	(1.824)	-	-	(38.894.940)
Transferências e abates	(1.021.257)	(5.179.465)	-	(3.523.379)	(4.002)	-	-	(9.728.103)
Saldo em 30 setembro 2011	161.538.444	647.755.089	127.877	176.124.852	1.129.535	4.556.250	-	991.232.047
Valor líquido	138.490.166	387.950.613	57.118	22.072.716	43.297	1.050.649	24.056.809	573.721.368

As adições dos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 incluem um conjunto de ativos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), GSM (Global Standard for Mobile Communications), GPRS (General Packet Radio Service), ao FTTH (Fibre-to-the-Home) e ao LTE (Long Term Evolution), parte dos quais estão associados a projetos em curso, pelo que se mantêm registados em 'Ativos fixos tangíveis em curso'.

As alienações dos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 correspondem essencialmente à venda de um conjunto de ativos relacionados com as redes 2G, 3G e Micro-ondas (MW).

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' e 'Ativos Intangíveis' detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 30 de setembro de 2012 e 2011, ascendia a 35.808.739 euros e a 31.582.929 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 19.692.191 euros e 18.308.825 euros, respetivamente.

Em 30 de setembro de 2012 os 'Ativos fixos tangíveis' incluem o montante de 25,2 milhões de euros (22,1 milhões de euros em 2011) relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra a ser amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.

As transferências do período incluem a transferência para 'Ativos intangíveis' de um conjunto de bens que até à data estavam classificados como 'Ativos tangíveis em curso' (Nota 7).

O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 30 de setembro de 2012 e 2011, a seguinte composição:

	2012	2011
Desenvolvimento da rede móvel / fixa	31.825.343	19.514.504
Sistemas de informação	127.418	402.928
Outros projetos em curso	3.425.302	4.139.377
	35.378.063	24.056.809

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar era como segue:

	2012	2011
Investimentos da área técnica	22.691.379	35.219.603
Investimentos em sistemas de informação	1.303.595	1.738.029
	23.994.974	36.957.632

7. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2012
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso)	361.690.451	296.368.784	117.812.807	775.872.042
Adições	19.622.677	859.246	11.596.985	32.078.908
Transferências e abates	66.528.946	17.834.683	(89.830.509)	(5.466.880)
Saldo em 30 setembro 2012	447.842.074	315.062.713	39.579.283	802.484.070
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso)	153.193.021	233.557.139	-	386.750.160
Amortizações do período	32.132.678	15.985.448	-	48.118.126
Transferências e abates	(12.147.534)	(215.934)	-	(12.363.468)
Saldo em 30 setembro 2012	173.178.165	249.326.653	-	422.504.818
Valor líquido	274.663.909	65.736.060	39.579.283	379.979.252

				2011
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2010 (reexpresso)	359.491.468	264.381.328	16.085.854	639.958.650
Adições (reexpresso)	20.196.637	1.484.562	12.223.027	33.904.226
Alienações	(97)	(63.288)	-	(63.385)
Transferências e abates	(12.711)	22.817.370	(21.707.010)	1.097.649
Saldo em 30 setembro 2011 (reexpresso)	379.675.297	288.619.972	6.601.871	674.897.140
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2010 (reexpresso)	137.409.894	211.641.924	-	349.051.818
Amortizações do período (reexpresso)	29.627.145	16.354.304	-	45.981.449
Alienações	(97)	(33.678)	-	(33.775)
Transferências e abates	(36)	(326.395)	-	(326.431)
Saldo em 30 setembro 2011 (reexpresso)	167.036.906	227.636.155	-	394.673.061
Valor líquido	212.638.391	60.983.817	6.601.871	280.224.079

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus - Comunicações S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ('MOPTC'), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, tinha de ser realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da Optimus - Comunicações S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 30 de setembro de 2012, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, serão realizados nos termos acordados entre a Optimus - Comunicações S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projeto 'Iniciativas E' (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua atividade em Portugal. A responsabilidade total está reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Desta forma, em 30 de setembro de 2012, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se integralmente registadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

O ativo intangível no período findo em 30 setembro de 2012 inclui o montante de aproximadamente 110 milhões de Euros correspondente ao valor atual, dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) nas bandas dos 800 MHz, 1800 MHz e 2600 MHz, que serão utilizadas para desenvolvimento de serviços de 4ª geração (LTE - Long Term Evolution). O valor total a pagar será de 113 milhões, tendo já sido pago, em Janeiro de 2012, um montante de 83 milhões. O restante poderá ser pago em 5 prestações anuais, de 6 milhões de euros, tendo a Optimus, em cada momento anual de pagamento, a possibilidade de optar pelo pagamento antecipado do montante em dívida. Durante o período findo em 30 de setembro de 2012 e considerando a disponibilização da tecnologia LTE, embora sujeita a restrições em algumas zonas do país, e o arranque da operação comercial da mesma, uma parcela do valor atual dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) de serviços de 4ª geração (LTE - Long Term Evolution) foi transferido para firme e iniciada a respetiva amortização, pelo período estimado de utilização (até 2041). Para além da parcela do espectro LTE transferida para firme, a rubrica 'Propriedade industrial e outros direitos', inclui ainda cerca de 14,9 milhões de euros (17,6 milhões de euros, em 2011) referentes a encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes da subsidiária Optimus de acordo com a política contabilística descrita na Nota 1 e).

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, o Grupo mantinha registrado na rubrica 'Ativos intangíveis – Propriedade Industrial' 173.155.549 euros e 184.066.702 euros, respectivamente, correspondentes sobretudo ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem: (i) 54.755.258 euros (57.755.546 euros, em 2011) relativos à licença, (ii) 18.295.739 euros (19.298.245 euros, em 2011) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 5.619.174 euros (5.927.074 euros, em 2011) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 89.807.058 euros (96.151.171 euros, em 2011) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, diretamente relacionados com a construção de determinados ativos fixos tangíveis ou intangíveis em curso.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, o total do valor líquido destes custos ascende a 9.624.964 euros e 10.841.676 euros, respectivamente. Os valores capitalizados nos exercícios findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 foram de 1.353.244 euros e 555.413 euros, respectivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 2,78% em 2012 (1,81% em 2011) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os vários segmentos é efetuada de acordo com o descrito na Nota 9 ('Goodwill'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

8. Classes de instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo eram como segue:

					2012
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	212.323	212.323	-	212.323
	-	212.323	212.323	-	212.323
Ativos correntes					
Clientes	121.140.637	-	121.140.637	-	121.140.637
Outras dívidas de terceiros	23.058.548	-	23.058.548	6.374.128	29.432.676
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	68.966.622	-	68.966.622	-	68.966.622
	213.165.807	-	213.165.807	6.374.128	219.539.935

					2011
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	212.323	212.323	-	212.323
	-	212.323	212.323	-	212.323
Ativos correntes					
Clientes	133.201.825	-	133.201.825	-	133.201.825
Outras dívidas de terceiros	18.556.870	-	18.556.870	13.995.946	32.552.816
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	183.025.312	-	183.025.312	-	183.025.312
	334.784.007	-	334.784.007	13.995.946	348.779.953

					2012
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	195.153.922	-	195.153.922	-	195.153.922
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	19.311.607	19.311.607	-	19.311.607
Titularização de créditos (Nota 18)	5.000.000	-	5.000.000	-	5.000.000
	200.153.922	19.311.607	219.465.529	-	219.465.529
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	200.582.408	-	200.582.408	-	200.582.408
Fornecedores	-	156.687.700	156.687.700	-	156.687.700
Outros passivos financeiros (Nota 19)	-	2.893.694	2.893.694	-	2.893.694
Titularização de créditos (Nota 18)	19.915.612	-	19.915.612	-	19.915.612
Outras dívidas a terceiros	-	2.715.360	2.715.360	10.600.873	13.316.233
	220.498.020	162.296.754	382.794.774	10.600.873	393.395.647

					2011
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	319.067.408	-	319.067.408	-	319.067.408
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	18.628.442	18.628.442	-	18.628.442
Titularização de créditos (Nota 18)	24.914.706	-	24.914.706	-	24.914.706
	343.982.114	18.628.442	362.610.556	-	362.610.556
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	121.924.773	-	121.924.773	-	121.924.773
Fornecedores	-	155.791.136	155.791.136	-	155.791.136
Outros passivos financeiros (Nota 19)	-	2.449.306	2.449.306	-	2.449.306
Titularização de créditos (Nota 18)	19.764.541	-	19.764.541	-	19.764.541
Outras dívidas a terceiros	-	2.938.907	2.938.907	21.938.698	24.877.605
	141.689.314	161.179.350	302.868.664	21.938.698	324.807.362

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros ativos/ passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

9. Goodwill

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos na rubrica 'Goodwill' foram os seguintes:

	2012	2011
Saldo inicial	521.103.723	526.141.552
Aquisição da Connectiv	8.723.356	-
Outros movimentos do período	55.250	(7.821)
Saldo final	529.882.329	526.133.731

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, a rubrica 'Outros movimentos do período' inclui a atualização cambial de Goodwill.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, a rubrica 'Goodwill' tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Optimus	485.092.375	485.092.375
Público	15.000.000	20.000.000
Cape Technologies	17.476.354	17.476.354
Connectiv	8.723.356	-
We Do	1.971.668	1.971.668
Praesidium Services	1.238.912	1.140.850
Unipress	321.698	321.698
Per-Mar	47.253	47.253
Be Towering	10.713	10.713
SIRS	-	72.820
	529.882.329	526.133.731

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente, taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Taxa de desconto
Telecomunicações	9,50%
Multimédia	12,00%
Sistemas de Informação	14,00%

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2012	2011
Lusa – Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros	-	9.979	9.979
		212.323	212.323

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 a rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda' não apresentou quaisquer movimentos.

Em 30 de setembro de 2012, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. ⁽¹⁾	15.237	6.681	1.637	19.387	337	613
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL ⁽¹⁾	22	(35)	0	53	(18)	(18)

⁽¹⁾ Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2011.

11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 30 de setembro de 2012 e 2011, no montante de 96.296.946 euros e 105.384.838 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, de diferenças temporárias e da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos.

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 foi como segue:

	2012	2011
Saldo inicial	103.853.881	109.587.224
Efeito em resultados:		
Movimento nos impostos diferidos ativos, relativos a prejuízos fiscais reportáveis	(2.539.860)	988.860
Registo de impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais e diferenças temporárias de exercícios anteriores	9.805.396	11.374.939
Ajustamentos IAS/IFRS	(5.050.839)	(4.113.018)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	(287.899)	-
Diferenças temporárias resultantes da Licença UMTS	(273.772)	(96.865)
Movimentos, líquidos, nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos	(6.798.014)	(9.891.222)
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos (Optimus)	(2.415.000)	(2.415.000)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	(7.559.988)	(4.152.306)
Outros	3.053	(50.080)
Saldo final	96.296.946	105.384.838

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos ativos no montante de 16,1 milhões de euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em dezembro de 2008 (Nota 18). Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de Agosto, os 100 milhões de euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos ativos na extensão em que era provável, com razoável segurança, a sua utilização. Até 30 de setembro de 2012, foi revertido um montante de 12,1 milhões de euros, correspondente à reversão da respetiva diferença temporária.

Os impostos diferidos relacionados com os Ajustamentos IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

Os impostos diferidos relacionados com a Licença UMTS referem-se a diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da subsidiária Optimus. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercício de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o que seriam aplicadas quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos ativos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 9.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, a taxa de imposto utilizada nas empresas portuguesas, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso das diferenças temporárias, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de

imparidade, a taxa utilizada foi de 26,5%. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 30 de setembro de 2012, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS	Empresas excluídas do RETGS							Total Grupo Sonaecom	
		Digitmarket	Cape Technologies	We Do Brasil	We Do USA	Sonocom Sistemas de Informação Espanha	We Do Mexico	Total		
Prejuízos fiscais reportáveis:										
A serem utilizados até 2015	3.763.768	-	-	-	-	-	-	-	-	3.763.768
A serem utilizados até 2021	-	-	-	-	-	-	103.918	103.918	-	103.918
A serem utilizados até 2025	-	-	-	-	-	158.938	-	158.938	-	158.938
A serem utilizados até 2030	-	-	-	-	142.929	-	-	142.929	-	142.929
Sem limite de utilização	-	-	134.506	-	-	-	-	134.506	-	134.506
Prejuízos fiscais	3.763.768	-	134.506	-	142.929	158.938	103.918	540.291	-	4.304.059
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	35.550.018	33.346	-	311.374	-	-	192.906	537.626	-	36.087.644
Benefícios Fiscais (SIFIDE)	3.536.742	-	-	-	-	-	-	-	-	3.536.742
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	15.152.042	474	-	-	-	-	-	474	-	15.152.516
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de crédito:	4.025.000	-	-	-	-	-	-	-	-	4.025.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.177.205
Outros	-	-	-	(18.142)	10.838	-	21.084	13.780	-	13.780
Total	62.027.570	33.820	134.506	293.232	153.767	158.938	317.908	1.092.171	-	96.296.946

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2012	2011
Prejuízos fiscais	26.602.333	43.848.475
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	34.124.365	27.701.479
Outros	14.305.692	17.035.622
	75.032.390	88.585.576

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2012	2011
2011	-	1.491.189
2012	4.576.207	12.307.639
2013	13.846.284	13.849.849
2014	469.302	698.437
2015	3.523.602	6.478.655
2016	367.667	1.247.315
2017	162.167	1.772.700
2018	48.023	420.883
2019	331.156	1.460.177
2020	10.130	529.150
2021	61.946	80.962
2022	132.956	-
2025	-	175.543
2027	52.232	-
2030	-	129.538
Sem limite de utilização	3.020.661	3.206.438
	26.602.333	43.848.475

Os anos de 2016 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 4 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 30 de setembro de 2012 e 2011 no montante de 1.546.042 euros e 5.366.134 euros, respetivamente, resultam essencialmente de ajustamentos de consolidação e de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis referentes aos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes (Nota 1).

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, foi como segue:

	2012	2011 (reexpresso)
Saldo inicial (reexpresso)	(5.186.711)	(5.559.170)
Efeito em resultados:		
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	-	(7.964)
Diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos intangíveis	3.131.854	110.313
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	3.131.854	102.349
Outros	490.815	90.687
Saldo final	(1.564.042)	(5.366.134)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 é como segue:

	2012	2011 (reexpresso)
Resultado antes de imposto	71.012.254	63.018.859
Imposto (25%)	(17.753.064)	(15.754.715)
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma e derrama	(3.991.880)	(4.004.772)
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores	9.805.396	11.278.074
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	2.489.413	-
Diferenças temporárias do período sem registo de impostos diferidos ativos	1.272.681	-
Registo de passivos por impostos diferidos	-	24.541
Diferenças temporárias não registadas resultantes da operação de titularização de créditos	1.350.000	1.350.000
Movimento nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal da Licença UMTS	(273.771)	(96.865)
Impostos registados no período (Nota 22)	(7.101.225)	(7.203.737)

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2008 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a subsidiária Optimus foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. A respetiva Nota de Liquidação foi recepcionada em abril de 2011, sendo que a Optimus impugnou esta decisão e é convicção do Conselho de Administração da Optimus e do Grupo de que existem argumentos sólidos para a obtenção de sentença favorável à Optimus, razão pela qual se manteve o registo dos impostos diferidos ativos associados a esta operação.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devam ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2012.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2012	2011
Numerário	496.718	111.362
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	9.584.956	5.883.950
Aplicações de tesouraria	58.884.948	177.030.000
Caixa e equivalentes de caixa	68.966.622	183.025.312
Descobertos bancários (Nota 15)	(13.186.408)	(783.857)
	55.780.214	182.241.455

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2012	2011
Sonae Investments BV	21.810.000	41.810.000
Aplicações bancárias	37.074.948	135.220.000
	58.884.948	177.030.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de setembro de 2012, venceram juros a uma taxa média de 2,65% (2,61% em 2011).

13. Capital social

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2012		2011	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	194.063.119	52,99%
Ações dispersas em Bolsa	75.977.185	20,74%	76.737.177	20,95%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Millennium BCP	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Ações próprias	7.025.192	1,92%	9.045.200	2,47%
Sonae SGPS	3.430.000	0,94%	650.000	0,18%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A.	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	366.246.868	100%	366.246.868	100,00%

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 4.828.234 ações próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivo de Curto e Médio Prazo (1.764.157 ações durante o período findo em 30 de setembro de 2011).

Adicionalmente, durante o período findo em 30 de setembro de 2012, a Empresa adquiriu 2.808.226 novas ações (a um preço médio de 1,205 euros), detendo, à data de 30 de setembro de 2012, 7.025.192 ações próprias representativas de 1,92% do seu capital social, a um preço médio de 1,370 euros.

15. Empréstimos

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	2012	2011	Montante utilizado
Sonaecom	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	-	150.000.000	150.000.000
SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2011	100.000.000	mar-15	Final	100.000.000	100.000.000	100.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	mar-15	Final	40.000.000	40.000.000	40.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000	30.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2012	20.000.000	jul-15	Final	20.000.000	-	-
	Encargos financeiros suportados na	-	-	-	(2.173.132)	(3.089.220)	(3.089.220)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	1.166.105	1.433.594	1.433.594
					158.992.973	318.344.374	318.344.374
Sonaecom	Papel Comercial	30.000.000	jul-15	-	30.000.000	-	-
SGPS	Encargos financeiros suportados na	-	-	-	(242.602)	-	-
	emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	-	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	46.549	-	-
					29.803.947	-	-
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-19	-	5.800.500	-	-
Unipress	Empréstimo bancário	-	jun/ago-13	-	206.428	335.311	335.311
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	e jul-17	-	457.984	387.723	387.723
	Encargos financeiros suportados na	-	-	-	(181.804)	-	-
	emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	-	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	73.894	-	-
					6.357.002	723.034	723.034
					195.153.922	319.067.408	319.067.408

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	2012	2011	Montante utilizado
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	150.000.000	-	-
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	30.000.000	-	-
					180.000.000	-	-
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	150.000.000	jul-12	-	-	120.950.000	120.950.000
	Encargos financeiros suportados na	-	-	-	-	(215.949)	(215.949)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	406.865	406.865
					-	121.140.916	121.140.916
Sonaecom SGPS	Contas caucionadas - CGD	16.500.000	-	-	7.396.000	-	-
Sonaecom SGPS	Descobertos bancários (Nota 12)	10.000.000	-	-	9.996.000	-	-
Sonaecom SGPS	Descobertos bancários (Nota 12)	2.500.000	-	-	1.639.000	-	-
Sonaecom SGPS	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	1.002.994	338.305	338.305
Diversas	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	548.414	445.552	445.552
					20.582.408	783.857	783.857
					200.582.408	121.924.773	121.924.773

Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco BPI.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 3,23% (2,74%, em 2011).

Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe dos seguintes Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
30 milhões de euros	maio de 2012	Caixa Geral de Depósitos	31-jul-2015
25 milhões de euros	julho de 2012	Banco Santander Totta	31-jul-2013
15 milhões de euros	junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	19-jul-2013
5 milhões de euros	abril de 2010	Banco BPI	Eventualmente renovável a 20-abr-2013

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

Em 30 de setembro de 2012, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em Setembro de 2011, no montante total de 100 milhões de euros e que estabelecem: (i) a obrigatoriedade de a Sonaecom, a Optimus, a Artis e a Sonae Telecom, assim como as empresas cujos ativos e EBITDA sejam iguais ou superiores a 15% dos ativos e do EBITDA consolidado (*material subsidiaries*) representem, no seu conjunto, 80% ou mais do EBITDA do Grupo e dos Ativos Consolidados do Grupo; e (ii) a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão abrangidos por cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições à operação ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das *material subsidiaries* e obrigam à manutenção de controlo sobre a Optimus ou da WeDo USA (no caso do empréstimo bancário desta empresa). As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 30 de setembro de 2012, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 29 milhões de euros. Estas linhas de crédito têm prazos até um ano, automaticamente renováveis excepto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxa fixadas para cada tipo de empréstimo):

	n+1	n+2	n+3	n+4	n+5
2012					
Empréstimo obrigacionista:					
Amortização	-	-	160.000.000	-	-
Juros	5.840.402	5.840.402	3.160.802	-	-
Papel comercial:					
Amortização	-	-	30.000.000	-	-
Juros	1.176.822	1.176.822	976.924	-	-
	7.017.224	7.017.224	194.137.726	-	-
2011					
Empréstimo obrigacionista:					
Amortização	-	180.000.000	-	140.000.000	-
Juros	11.546.600	9.708.677	6.479.600	3.083.429	-
Papel comercial:					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	11.546.600	189.708.677	6.479.600	143.083.429	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a cinco anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, as linhas de crédito disponíveis pelo Grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Maturidade	
						Mais de 12 meses	
2012							
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-			x
Sonaecom	Papel comercial	25.000.000	-	25.000.000	x		
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x		
Sonaecom	Papel comercial	5.000.000	-	5.000.000	x		
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-	x		
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-			x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-			x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-	x		
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-			x
Sonaecom	Contas correntes	16.500.000	7.396.000	9.104.000	x		
Sonaecom	Descobertos autorizados*	10.000.000	9.996.000	4.000	x		
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	1.639.000	861.000	x		
SIRS	Descobertos autorizados	150.000	-	150.000			x
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.800.500	5.800.500	-			x
Outras	Diversos	-	2.215.820	-	x		x
		449.950.500	397.047.320	55.119.000			
2011							
Sonaecom	Papel comercial	150.000.000	120.950.000	29.050.000	x		
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	-	30.000.000	x		
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x		
Sonaecom	Papel comercial	10.000.000	-	10.000.000	x		
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-			x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-			x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-			x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-			x
Sonaecom	Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x		
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x		
Outras	Diversos	-	1.506.891	-	x		x
		544.000.000	442.456.891	103.050.000			

* Pode também ser utilizado sob a forma de Papel comercial.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 19.311.607 euros e 18.628.442 euros, respetivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 30 de setembro de 2012 e 2011 era o seguinte:

	2012		2011	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2011	-	-	732.291	582.955
2012	1.223.374	783.070	3.449.984	2.537.661
2013	4.460.915	3.466.312	3.267.476	2.453.108
2014	3.570.371	2.720.271	2.277.174	1.557.725
2015	3.437.207	2.721.259	2.208.055	1.557.807
2016 e seguintes	15.272.768	12.514.390	15.139.366	12.388.492
	27.964.635	22.205.301	27.074.346	21.077.748
Juros	(5.759.334)	-	(5.996.599)	-
	22.205.301	22.205.301	21.077.747	21.077.748
Parcela curto prazo (Nota 19)	-	(2.893.694)	-	(2.449.306)
	22.205.301	19.311.607	21.077.747	18.628.442

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica em que o Grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um ativo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - 'Determinar se um acordo contém uma locação'. Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Reforço	Utilização e Transferências	Redução	Saldo final
2012					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	78.700.909	17.061.471	(15.861.376)	(40.300)	79.860.704
Perdas de imparidade acumuladas em existências	12.801.233	1.658.641	(8.230.416)	-	6.229.458
Provisões para outros riscos e encargos	48.549.956	808.569	(4.419.559)	(24.224)	44.914.742
	140.052.098	19.528.681	(28.511.351)	(64.524)	131.004.904
2011					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	70.410.631	16.015.126	(14.113.938)	(476.184)	71.835.635
Perdas de imparidade acumuladas em existências	14.930.606	2.339.205	(1.869.547)	-	15.400.264
Provisões para outros riscos e encargos	33.150.028	1.803.349	(357.803)	(47.925)	34.547.649
	118.491.265	20.157.680	(16.341.288)	(524.109)	121.783.548

O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 921.767 euros (699.218 euros em 2011) registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 22). Em 30 de setembro de 2011 inclui ainda o montante de 97.120 euros relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.d)).

O reforço relativo a 'Perdas de imparidade acumuladas em existências' encontra-se registado na demonstração de resultados, em 'Custo das Vendas' (Nota 1.j)). Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' ascende a 16.948.273 euros (17.022.137 euros em 2011).

As utilizações e transferências referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes com imparidade da filial Optimus - Comunicações S.A., integralmente objeto de perdas de imparidade já reconhecidas na demonstração de resultados.

O valor da redução está registado na Demonstração de Resultados na rubrica 'Outros Proveitos Operacionais'.

A 30 de setembro de 2012 e 2011, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2012	2011
Desmantelamento de sites	22.876.101	22.826.201
Contingências diversas	4.286.476	3.040.274
Processos judiciais em curso	2.126.832	2.960.782
Indemnizações a liquidar	665.551	1.037.068
Outras responsabilidades	14.959.782	4.683.324
	44.914.742	34.547.649

A rubrica de contingências diversas diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

A rubrica 'Outras responsabilidades' corresponde sobretudo ao valor de custos imputados ao período corrente ou a períodos passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa (Nota 1.s)), no montante de cerca de 12 milhões de euros, nos quais se inclui o montante de 6,8 milhões de euros relacionados com o diferendo relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001.

18. Titularização de Créditos

Em 30 de dezembro de 2008, a subsidiária Optimus - Comunicações, S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de euros (98.569.400 euros, líquidos de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento 'Corporate', ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de novembro (Nota 11).

Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ('TAGUS'), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas 'Magma No. 1 Securitisation Notes', às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031).

As receitas futuras, nos montantes necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transação, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas pela Optimus – Comunicações, S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 euros. Nos termos da operação, o montante a alocar nos próximos 12 meses (19.915.612 euros) foi relevado no passivo corrente e o restante, no montante de 5.000.000 euros, registado no passivo não corrente.

Esta transação não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respetivos clientes.

A 30 de setembro de 2012 e 2011, o valor registado em 'Titularização de créditos' tinha o seguinte plano de maturidade:

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
2012						
Titularização de créditos	19.915.612	5.000.000	-	-	-	24.915.612
2011						
Titularização de créditos	19.764.541	19.914.706	5.000.000	-	-	44.679.247

19. Outros passivos financeiros

Em 30 de setembro de 2012, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 2.893.694 euros (2.449.306 euros em 2011) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 16).

20. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2012	2011 (reexpresso)
Custos de interligação	134.185.972	139.493.435
Trabalhos especializados	32.200.350	37.899.375
Rendas e alugueres	25.973.273	25.730.508
Outros subcontratos	20.978.779	21.500.334
Publicidade e propaganda	16.552.789	21.467.208
Comissões	13.470.521	15.660.518
Aluguer de circuitos	9.079.759	14.051.194
Eletricidade	7.681.137	7.709.316
Deslocações e estadas	4.008.524	3.759.565
Honorários	3.937.016	2.729.080
Conservação e Reparação	3.833.245	4.377.274
Comunicação	3.505.633	4.335.860
Outros	12.512.379	14.328.284
	287.919.376	313.041.951

Os compromissos assumidos em 30 de setembro de 2012 e 2011 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2012	2011
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2011	-	10.369.771
2012	9.038.194	43.441.454
2013	33.776.205	40.654.297
2014	29.423.034	38.118.811
2015	27.465.403	33.869.478
2016	23.576.423	31.598.248
2017	20.806.176	32.750.876
2018 e seguintes	29.457.772	-
Renováveis por 1 ano	4.424.160	2.749.115
	177.967.367	233.552.050

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012 foram reconhecidos 32.155.878 euros (34.775.388 euros, em 2011) na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, repartidas entre as rubricas 'Rendas e alugueres' e 'Alugueres de circuitos'.

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom em Lisboa, realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A atualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, têm a seguinte composição:

	2012	2011
Custos financeiros:		
Juros suportados:	(11.831.801)	(10.510.754)
Empréstimos bancários	(9.018.211)	(6.930.361)
Juros securitização	(1.350.524)	(2.239.069)
Juros de leasing	(781.121)	(734.475)
Outros juros	(681.945)	(606.849)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.285.673)	(1.260.620)
Outros custos financeiros	(1.209.045)	(552.827)
	(14.326.518)	(12.324.201)
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	4.334.084	4.603.886
Diferenças de câmbio favoráveis	666.123	888.199
Outros proveitos financeiros	42.900	3.358
	5.043.107	5.495.443

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria e juros de mora associados a processos em contencioso.

22. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2012	2011 (reexpresso)
Imposto corrente	(1.751.324)	(1.473.334)
Provisão para impostos liquida da redução (Nota 17)	(921.767)	(699.218)
Imposto diferido ativo (Nota 11)	(7.559.988)	(4.152.306)
Imposto diferido passivo (Nota 11)	3.131.854	102.349
	(7.101.225)	(6.222.509)

23. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, foram os seguintes:

	Saldos em 30 de setembro de 2012			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos / (passivos)
Worten	4.715.247	374.482	-	(1.459.531)
France Telecom	3.113.696	2.533.403	-	(3.476.930)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	938.870	621.221	-	(301.130)
Sierra Portugal	763.286	-	-	81.939
Sonaecenter II	725.162	111.975	-	3.391
SC-Sociedade de Consultadoria	309.379	113	-	(162.687)
Sonae Indústria PCDM	221.576	-	-	28.082
Raso Viagens	84.933	90.250	-	(147.735)
Sonae SGPS	44.874	-	-	3.036
Sonae Investments BV	-	-	21.810.000	1.576
	10.917.023	3.731.444	21.810.000	(5.429.989)

	Saldos em 30 de setembro de 2011			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos / (passivos)
Worten	2.630.312	268	-	(231.529)
France Telecom	5.589.285	2.459.097	-	(6.192.953)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.221.299	1.007.248	-	(285.128)
Sierra Portugal	968.381	-	-	13.692
Sonaecenter II	1.112.183	555.136	-	75.289
SC-Sociedade de Consultadoria	198.175	-	-	(50.850)
Sonae Indústria PCDM	402.511	-	-	27.463
Raso Viagens	285.187	156.681	-	(129.801)
Sonae SGPS	37.522	3.552	-	(7.725)
Sonae Investments BV	-	-	41.810.000	4.061
	12.444.855	4.181.982	41.810.000	(6.777.481)

	Transações durante o período findo em 30 de setembro de 2012			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Worten	2.557.397	1.419.871	-	214
France Télécom	11.285.777	11.951.899	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	3.449.586	1.261.292	-	292.116
Sierra Portugal	5.056.215	469.505	-	(49)
Sonaecenter II	7.681.374	527.881	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	909.261	113	-	-
Sonae Indústria PCDM	1.160.645	(5.150)	-	-
Raso Viagens	371.619	1.425.294	-	-
Sonae SGPS	11.766	4.500	274.803	-
Sonae Investments BV	-	-	700.045	-
	32.483.640	17.055.205	974.848	292.281

	Transações durante o período findo em 30 de setembro de 2011			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Worten	2.853.388	1.809.457	-	3.810
France Télécom	12.300.201	10.052.642	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	2.108.964	1.134.241	-	165.925
Sierra Portugal	5.061.475	1.488.510	-	5.214
Sonaecenter II	7.195.297	381.264	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	458.427	-	-	-
Sonae Indústria PCDM	1.163.751	-	-	-
Raso Viagens	431.973	1.812.508	-	-
Sonae SGPS	60.401	63.102	(1.039)	-
Sonae Investments BV	-	-	1.251.014	-
	31.633.877	16.741.724	1.239.975	174.949

No período findo em 30 de setembro de 2012, o Grupo celebrou um contrato com a Sonae SGPS S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016, à transferência de ações Sonaecom para os colaboradores e quadros do grupo, por solicitação da Sonaecom, pelo preço de 1,184, por ação. No âmbito deste contrato, a Sonaecom procedeu ao pagamento à Sonae SGPS, S.A. o montante de 3.291.520 Euros, o qual foi registado por contrapartida da rubrica "Outras reservas" do capital próprio.

As transações efetuadas entre empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do Grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

24. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de setembro de 2012 e 2011, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2012	2011
Optimus	ICP - ANACOM	Aquisição do espectro para 4ª geração	30.000.000	-
Optimus e Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	9.311.818	9.350.818
WeDo	Espírito Santo Bank	Empréstimo bancário	5.902.939	-
Optimus	Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC	4.039.639	4.039.639
We Do, WeDo Egípto e WeDo Mexico	Digi Telecommunications, Emirates Telecom. Corp., Etisalat, Pak Telecom, Scotiabank, Telcel e Telefonica Moviles Chile	Boa execução de trabalhos a realizar	1.165.619	1.143.071
Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Fiscalização Geral 2005	754.368	754.368
We Do, Saphety e Digitmarket	IAPMEI	Projeto 'HERMES' - QREN	417.797	436.822
Optimus	Direção Geral do Tesouro	IRC - Retenção de rendimentos a não residentes	306.954	306.954
Optimus	Câmara Municipal de Barcelos, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Lisboa, Loures, Mealhada, Oeiras e Sintra	Boa execução de trabalhos a realizar	124.329	246.270
Optimus e Público	Direção de Contribuições e Impostos	Processo de impugnação - IVA	18.000	598.000
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	-	271.511
Optimus	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	-	104.650
Várias	Outros		1.063.336	1.169.538
			53.104.799	18.421.641

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 30 de setembro de 2012, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

25. Informação por segmentos

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações;
- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

O segmento denominado 'Atividades de Holding', engloba todas as operações realizadas pelas empresas do Grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do Grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 30 de setembro de 2012 e 2011, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Telecomunicações		Multimídia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Outros		Sub-Total		Eliminações		Total	
	9e8-12	set-11 (reexpresso)	9e8-12	set-11 (reexpresso)	9e8-12	set-11 (reexpresso)	9e8-12	set-11 (reexpresso)	9e8-12	set-11 (reexpresso)	9e8-12	set-11 (reexpresso)	9e8-12	set-11 (reexpresso)	9e8-12	set-11 (reexpresso)
Proveitos:																
Vendas e Prestações de serviços	538.332.733	566.125.425	16.642.446	19.263.300	76.969.796	83.292.197	2.885.329	2.956.622	-	165.600	633.830.304	671.803.144	(16.855.238)	(21.494.321)	616.975.069	650.308.823
Outros proveitos operacionais	8.617.056	8.614.047	256.861	420.669	834.132	453.472	31.203	896	-	-	9.739.252	9.489.084	(2.964.914)	(3.194.728)	6.774.338	6.294.356
Total de proveitos	546.949.789	574.739.472	16.899.307	19.683.969	77.803.928	83.745.669	2.916.532	2.957.518	-	165.600	643.569.556	681.292.228	(19.820.149)	(24.689.049)	623.749.407	656.603.179
Amortizações e depreciações	(102.574.903)	(106.373.923)	(896.547)	(915.029)	(3.717.594)	(3.775.159)	(51.176)	(56.882)	-	(23.209)	(107.240.220)	(111.144.202)	(3.517.026)	706.733	(110.757.246)	(110.437.469)
Resultado operacional do segmento	85.220.710	72.405.304	(4.046.403)	(3.314.014)	3.501.329	1.246.659	(441.026)	(789.724)	-	59.864	84.234.610	69.608.089	(3.938.945)	239.528	80.295.665	69.847.617
Juros líquidos	(3.829.127)	(9.377.058)	(289.682)	(181.954)	(694.050)	(659.127)	(1.977.002)	4.821.383	-	(44.796)	(6.659.861)	(5.441.552)	(837.856)	(465.316)	(7.497.717)	(5.906.868)
Outros resultados financeiros	(911.634)	(126.127)	7.183	(3.806)	(574.952)	(566.074)	71.363.344	1.960.580	-	(40)	69.883.941	1.264.533	(71.669.635)	(2.186.423)	(1.785.694)	(921.890)
Resultados antes de impostos consolidado do período	80.479.948	62.902.120	(4.298.902)	(3.499.774)	2.332.328	21.458	68.945.317	5.992.239	-	15.029	147.488.691	65.431.072	(76.446.437)	(2.412.213)	71.012.254	63.018.859
Ativos:																
Ativos fixos tangíveis , intangíveis e Goodwill	966.983.534	849.829.659	3.782.937	3.866.873	75.598.796	68.599.332	312.516	380.165	-	15.715	1.046.677.783	922.691.744	446.060.483	457.387.434	1.492.738.266	1.380.079.176
Existências	13.464.209	13.183.086	569.877	604.585	248.586	440.204	-	-	-	-	14.282.672	14.227.875	-	-	14.282.672	14.227.875
Investimentos financeiros	-	1.282.025	209.829	441.509	2.494	2.494	1.058.499.704	1.134.606.802	-	-	1.058.712.027	1.136.332.830	(1.068.499.704)	(1.136.120.507)	212.323	212.323
Outros Ativos não correntes	90.496.802	107.419.022	3.570	3.570	8.717.119	1.468.773	492.335.976	498.857.752	-	1.547.298	891.553.467	609.296.415	(494.554.676)	(503.627.806)	96.998.791	105.668.609
Outros ativos correntes do segmento	231.117.369	309.094.859	6.734.705	9.608.544	47.579.537	49.406.267	131.572.026	151.367.377	-	80.143	417.003.637	519.557.190	(118.589.440)	(92.359.334)	298.414.197	427.197.856
Passivos:																
Passivos do segmento	794.493.539	737.252.149	19.285.577	20.632.596	79.744.613	67.236.101	394.633.176	515.667.278	-	1.478.804	1.288.156.905	1.342.266.928	(465.529.666)	(442.983.752)	832.627.239	899.283.176
CAPEX	100.808.134	57.566.876	553.779	447.836	11.727.956	2.973.370	21.738.810	166.690.000	-	16.381	134.828.679	227.694.463	(24.056.566)	(145.545.375)	110.772.115	82.149.088

Apesar da fusão ocorrida em 2007, entre os negócios de telecomunicações móvel e fixo, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do Grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	set-12	set-11 (reexpresso)	set-12	set-11 (reexpresso)	set-12	set-11 (reexpresso)	set-12	set-11 (reexpresso)
Proveitos:								
Vendas e Prestações de serviços	399.556.558	430.159.200	161.650.988	163.492.450	(22.874.813)	(27.526.225)	538.332.733	566.125.425
Outros proveitos operacionais	21.364.721	24.168.246	774.205	671.363	(13.521.870)	(16.225.562)	8.617.056	8.614.047
Total de proveitos	420.921.279	454.327.446	162.425.193	164.163.813	(36.396.683)	(43.751.787)	546.949.789	574.739.472
Amortizações e depreciações	(77.481.880)	(79.522.176)	(24.973.722)	(26.668.169)	(119.301)	(183.578)	(102.574.903)	(106.373.923)
Resultado operacional do segmento	99.263.387	89.201.162	(13.905.316)	(16.622.783)	(137.361)	(173.074)	85.220.710	72.405.305
Ativos:								
Ativos fixos tangíveis e Goodwill	836.699.166	700.890.252	130.284.368	148.939.407	-	-	966.983.534	849.829.659
Existências	12.652.929	12.809.863	811.280	373.223	-	-	13.464.209	13.183.086
Investimentos financeiros	-	1.282.025	-	-	-	-	-	1.282.025
CAPEX	84.144.532	63.895.644	15.548.325	15.488.753	1.115.277	(21.817.521)	100.808.134	57.566.876

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding	Outros Sonaecom
2012					
Telecomunicações	-	-	12.128.763	2.480.336	-
Multimédia	803.390	-	92.119	128.677	-
Sistemas de Informação	1.038.928	15.162	-	266.399	-
Atividades de Holding	66.894	3.574	1.875	-	-
Outros Sonaecom	-	-	-	-	-
Cientes externos	536.423.521	15.623.710	64.747.039	9.917	-
	538.332.733	15.642.446	76.969.796	2.885.329	-
2011					
Telecomunicações	-	-	16.130.188	2.562.925	165.600
Multimédia	981.539	-	121.840	128.945	-
Sistemas de Informação	1.045.835	44.635	-	264.752	-
Atividades de Holding	42.319	3.191	1.494	-	-
Outros Sonaecom	1.056	-	-	-	-
Cientes externos	564.054.676	19.215.474	67.038.675	-	-
	566.125.425	19.263.300	83.292.197	2.956.622	165.600

26. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao Grupo (63.902.108 euros em 2012 e 56.785.382 euros em 2011 reexpresso) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, deduzidas das ações próprias (359.146.641 em 2012 e 357.150.209 em 2011).

27. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Período de Diferimento			30 setembro 2012	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonaecom					
Plano 2008	1,117	10-mar-09	09-mar-12	-	-
Plano 2009	1,685	10-mar-10	08-mar-13	375	2.519.335
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	368	2.958.423
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	364	3.065.137
Ações Sonae SGPS					
Plano 2008	0,526	10-mar-09	09-mar-12	-	-
Plano 2009	0,761	10-mar-10	08-mar-13	4	342.242
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	8	412.823
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	7	761.890

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2011:				
Ainda diferidas	1.155	8.892.470	16	1.100.633
Total	1.155	8.892.470	16	1.100.633
Movimentos no ano:				
Atribuídas	367	2.911.077	7	696.026
Vencidas	(380)	(3.761.450)	(4)	(405.776)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas ⁽¹⁾	(35)	500.798	-	126.072
Saldo a 30 setembro 2012:				
Ainda diferidas	1.107	8.542.895	19	1.516.955
Total	1.107	8.542.895	19	1.516.955

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos 2009 e 2010 de ações Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. Para o plano de 2011, a Empresa celebrou com a Sonae SGPS, S.A. um contrato esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do Grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo, sendo a responsabilidade calculado com base no preço fixado no contrato. A responsabilidade dos três planos foi registada na rubrica 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Para os planos de ações Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de setembro de 2012, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	31.075.127
Custos reconhecidos no período	3.412.738
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(23.313.389)
Custos dos planos exercidos no período	(4.451.699)
Total de custos dos Planos	6.722.777
Registados em 'Outros passivos correntes'	235.273
Registados em 'Outros passivos não correntes'	258.470
Registado em Reservas	6.229.034

28. Outros Assuntos

Em 30 de setembro de 2012, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, assim como saldos de 'Outros ativos correntes' no valor de 411.649 euros, e de 'Provisões para Outros Riscos e Encargos' no valor de 6.817.553 euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

Por deliberação do Conselho de Administração do ICP - Anacom, foi aplicada, à subsidiária Optimus, uma coima no valor de cerca de 6,5 milhões de Euros, no âmbito do processo de contra-ordenação relativo ao alegado incumprimento, pela subsidiária, da deliberação do Conselho de Administração do ICP- Anacom de 26 de Outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa. Os Conselhos de Administração da Optimus e da Sonaecom entendem que a Optimus sempre cumpriu com a referida deliberação, pelo que a Optimus impugnou judicialmente a aplicação da referida coima, sendo seu entendimento que a impugnação será julgada procedente.

29. Eventos Subsquentes

A 10 de outubro de 2012, foi anunciado, pelo Conselho de Administração da subsidiária Público, um projeto de reestruturação que consistirá no reforço e adequação de competências, onde se inclui uma maior orientação para as crescentes exigências do mundo digital, e na redução da estrutura de custos, com a diminuição de custos de funcionamento e a previsível saída de 48 colaboradores. O projeto de reestruturação, incluindo os custos com indemnizações, ascenderá a cerca de 2,6 milhões de euros.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 29 de outubro de 2012.

Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Gervais Gilles Pellissier
Ana Paula Garrido Pina Marques	Jean-François René Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Franck Emmanuel Dangeard	Rui José Silva Goncalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Avenida M – 40, S.A.
3DO Shopping Centre GmbH	Azulino Imobiliária, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	BA Business Angels, SGPS, SA
8ª Avenida Centro Comercial, SA	BA Capital, SGPS, SA
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BB Food Service, S.A.
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Beralands BV
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Adlands B.V.	BHW Beeskov Holzwerkstoffe
Aegean Park, S.A.	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Eweiler Management GmbH	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Boavista Shopping Centre BV
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
Airone – Shopping Center, Srl	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Arrábidashopping – Centro Comercial, S.A.	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Avenida M – 40 B.V.	Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.

<p>Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A. Continente Hipermercados, S.A. Contry Club da Maia-Imobiliária, S.A. Cooper Gay Swett & Crawford Lt Craiova Mall BV Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A. Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A. Darbo S.A.S Deutsche Industrieholz GmbH Discovery Sports, SA Dortmund Tower GmbH Dos Mares – Shopping Centre B.V. Dos Mares – Shopping Centre, S.A. Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A. Ecociclo II Edições Book.it, S.A. Edifícios Saudáveis Consultores, S.A. Efanor Investimentos, SGPS, S.A. Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A. El Rosal Shopping, S.A. Emfísico Boavista Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A. Equador & Mendes, Lda Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A. Estação Viana – Centro Comercial, S.A. Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A. Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A. Farmácia Selecção, S.A. Fashion Division Canárias, SL Fashion Division, S.A. Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A. Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A. Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l. Frieengineering International Ltda Fundo de Invest. Imobiliário Imosede Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A. Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A. GHP GmbH Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl Glunz AG Glunz Service GmbH</p>	<p>Glunz UK Holdings Ltd Glunz Uka GmbH GMET, ACE Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A. Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A. Harvey Dos Iberica, S.L. Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda HighDome PCC Limited Iberian Assets, S.A. Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A. Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A. Imoareaia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A. Imobiliária da Cacula, S.A. Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A. Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A. Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A. Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A. Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A. Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A. Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A. Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A. Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A. Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A. Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A. Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A. Imosedas – Imobiliária e Seviços, S.A. Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A. Imosonae II Impaper Europe GmbH & Co. KG Implantação – Imobiliária, S.A. Infofield – Informática, S.A. Infratroia, EM Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A. Inparvi SGPS, S.A. Integrum - Energia, SA Integrum Colombo Energia, S.A. Interlog – SGPS, S.A. Invesaude - Gestão Hospitalar S.A. Investalentejo, SGPS, S.A. Ioannina Development of Shopping Centres, SA Isoroy SAS La Farga – Shopping Center, SL Laminate Park GmbH Co. KG</p>
--	--

<p>Larim Corretora de Resseguros Ltda Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A. Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A. LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl Libra Serviços, Lda. Lidergraf – Artes Gráficas, Lda. Loop5 Shopping Centre GmbH Loureshopping – Centro Comercial, S.A. Luz del Tajo – Centro Comercial S.A. Luz del Tajo B.V. Madrashopping – Centro Comercial, S.A. Maiashopping – Centro Comercial, S.A. Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda Marcas MC, ZRT Marina de Tróia S.A. Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A. Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A. MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda MDS Assoc. Corretora de Seguros Ltda MDS Consultores, S.A. MDS Corretor de Seguros, S.A. MDS Malta Holding Limited MDS SGPS, SA MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA Megantic BV Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A. Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda Modalfa – Comércio e Serviços, S.A. MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A. Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A. Modelo Continente Hipermercados, S.A. Modelo Continente Intenational Trade, SA Modelo Hiper Imobiliária, S.A. Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A. Modus Faciendi - Gestão e Serviços, S.A. Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A. Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A. Munster Arkaden, BV Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.</p>	<p>Norteshopping – Centro Comercial, S.A. Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV Nova Equador Internacional, Ag.Viag.T, Ld Nova Equador P.C.O. e Eventos Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A. OSB Deustchland GmbH PantheonPlaza BV Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A. Pareuro, BV Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A. Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A. Parque D. Pedro 1 B.V. Parque D. Pedro 2 B.V. Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A. Parque Principado SL Pátio Boavista Shopping Ltda. Pátio Campinas Shopping Ltda Pátio Goiânia Shopping Ltda Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda Pátio Penha Shopping Ltda. Pátio São Bernardo Shopping Ltda Pátio Sertório Shopping Ltda Pátio Uberlândia Shopping Ltda Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A. Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A. PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A. PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda Plaza Éboli B.V. Plaza Éboli – Centro Comercial S.A. Plaza Mayor Holding, SGPS, SA Plaza Mayor Parque de Ócio BV Plaza Mayor Parque de Ocio, SA Plaza Mayor Shopping BV Plaza Mayor Shopping, SA Ploi Mall BV Plysorol, BV Poliface North America POLINSUR – Mediação de seguros, LDA PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A. Praedium – Serviços, S.A. Praedium II – Imobiliária, S.A. Praedium SGPS, S.A. Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A. Prédios Privados Imobiliária, S.A.</p>
---	--

<p> Predisedas – Predial das Sedas, S.A. Pridelease Investments, Ltd Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A. Project 4, Srl Project SC 1 BV Project SC 2 BV Project Sierra 2 B.V. Project Sierra 6 BV Project Sierra 7 BV Project Sierra 8 BV Project Sierra 9 BV Project Sierra Brazil 1 B.V. Project Sierra Charagionis 1 S.A. Project Sierra Four, SA Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV Project Sierra Spain 1 B.V. Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 2 B.V. Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 3 B.V. Project Sierra Spain 6 B.V. Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 7 B.V. Project Sierra Three Srl Project Sierra Two Srl Promessa Sociedade Imobiliária, S.A. Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A. Puravida – Viagens e Turismo, S.A. Quorum Corretora de seguros LT Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A. RASO - Viagens e Turismo, S.A. RASO, SGPS, S.A. Rio Sul – Centro Comercial, S.A. River Plaza Mall, Srl River Plaza, BV </p>	<p> Rochester Real Estate, Limited RSI Corretora de Seguros Ltda S.C. Microcom Doi Srl Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A. SC – Consultadoria, S.A. SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A. SC Aegean B.V. SC Assets SGPS, S.A. SC Finance BV SC Mediterraneum Cosmos B.V. SC, SGPS, SA SCS Beheer, BV Selfrio,SGPS, S.A. Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A. Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A. Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda SERENITAS-SOC.MEDIAÇÃO SEG.LDA Serra Shopping – Centro Comercial, S.A. Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A. Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A. Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A. Shopping Centre Parque Principado B.V. Shopping Penha B.V. Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A. SIAL Participações Ltda Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A. Sierra Berlin Holding BV Sierra Central S.A.S Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A. Sierra Charagionis Propert.Management S.A. Sierra Corporate Services Holland, BV Sierra Development Greece, S.A. Sierra Developments Germany GmbH Sierra Developments Holding B.V. Sierra Developments Italy S.r.l. Sierra Developments Romania, Srl Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL Sierra Developments, SGPS, S.A. Sierra Enplanta Ltda Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V. Sierra GP Limited Sierra Investimentos Brasil Ltda Sierra Investments (Holland) 1 B.V. </p>
---	--

Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae SGPS, S.A.
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Sierra Brasil S.A.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae Sierra Brazil B.V.
Sierra Italy Holding B.V.	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sierra Management Germany GmbH	Sonae Tafibra Benelux, BV
Sierra Management Greece S.A.	Sonae Turismo – SGPS, S.A.
Sierra Management Italy S.r.l.	Sonae UK, Ltd.
Sierra Management Romania, Srl	Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos
Sierra Management Spain – Gestión C.C.Com.S.A.	SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
Sierra Management, SGPS, S.A.	Sondis Imobiliária, S.A.
Sierra Portugal, S.A.	Sontel BV
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sontur BV
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sonvecap BV
SISTAVAC, S.A.	Sopair, S.A.
SKK – Central de Distr., S.A.	Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist
SKK SRL	Spanboard Products, Ltd
SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Sport Retalho Espanha – Servicios Gen., S.A.
Soconstrução BV	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Sodesa, S.A.	Sport Zone – Turquia
Soflorin, BV	Sport Zone Canárias, SL
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sport Zone Espanha-Com.Art.de Deporte,SA
Solinca - Eventos e Catering, SA	Spred, SGPS, SA
Solinca - Health and Fitness, SA	Stinnes Holz GmbH
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Tableros Tradema, S.L.
Solinfitness – Club Malaga, S.L.	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Solingen Shopping Center GmbH	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafibra South Africa
Somit Imobiliária	Tafibra Suisse, SA
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafisa Canadá Société en Commandite
Sonae Capital,SGPS, S.A.	Tafisa France, S.A.
Sonae Center II S.A.	Tafisa UK, Ltd
Sonae Center Serviços, S.A.	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tecmasa Recicladados de Andalucía, SL
Sonae Industria de Revestimentos, S.A.	Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda
Sonae Indústria Manag. Serv, SA	Têxtil do Marco, S.A.
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Tlantic Sistemas de Informação Ltd ^a
Sonae RE, S.A.	Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.
Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.	Tool GmbH

<p>Torre Ocidente Imobiliária, S.A. Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A. TP – Sociedade Térmica, S.A. Troia Market, S.A. Tróia Natura, S.A. Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A. Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A. Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A. Via Catarina – Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.</p>	<p>Vistas do Freixo, SA Vuelta Omega, S.L. Weiterstadt Shopping BV World Trade Center Porto, S.A. Worten – Equipamento para o Lar, S.A. Worten Canárias, SL Worten España, S.A. ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A. Zippy Turquia Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A. ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA.</p>
---	---

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

8.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

Balanços

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 e para o exercício findo em 31 dezembro de 2011

	Notas	setembro 2012	setembro 2011	dezembro 2011
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1a) e 2	311.352	376.325	361.047
Ativos intangíveis	1b) e 3	1.164	3.840	2.285
Investimentos em empresas do grupo	1c) e 5	1.083.177.804	1.100.697.029	1.097.478.929
Outros ativos não correntes	1c), 1m), 4 e 6	499.364.206	557.281.652	542.879.752
Total de ativos não correntes		1.582.854.526	1.658.358.846	1.640.722.013
Ativos correntes				
Outras dívidas de terceiros	1d), 1f), 4 e 8	26.923.079	14.851.907	5.250.772
Outros ativos correntes	1m)	979.928	1.984.115	1.249.804
Caixa e equivalentes de caixa	1g), 4 e 9	103.323.630	100.237.085	61.289.703
Total de ativos correntes		131.226.637	117.073.107	67.790.279
Total do ativo		1.714.081.163	1.775.431.953	1.708.512.292
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	10	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1p) e 11	(10.381.899)	(13.594.518)	(13.594.518)
Reservas	1o)	869.618.634	904.008.211	904.095.590
Resultado líquido do período		91.118.652	598.457	(7.960.682)
Total do capital próprio		1.316.602.255	1.257.259.018	1.248.787.258
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1h), 4 e 12.a)	188.796.920	318.344.375	319.485.865
Provisões para outros riscos e encargos	1k), 1n) e 13	70.934	68.654	68.654
Outros passivos não correntes	1m) e 1s)	104.833	236.392	271.207
Total de passivos não correntes		188.972.687	318.649.421	319.825.726
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1h), 4, e 12.b)	207.163.568	193.588.701	137.109.904
Outras dívidas a terceiros	4 e 14	434.728	5.086.758	1.579.811
Outros passivos correntes	1m) e 1s)	907.925	848.055	1.209.593
Total de passivos correntes		208.506.221	199.523.514	139.899.308
Total do passivo e capital próprio		1.714.081.163	1.775.431.953	1.708.512.292

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2012 e 2011.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos e trimestres findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Notas	setembro 2012 (não auditado)	julho a setembro 2012 (não auditado)	setembro 2011 (não auditado)	julho a setembro 2011 (não auditado)	dezembro 2011
Prestações de serviços	18	2.885.329	958.471	2.956.622	963.963	3.879.652
Outros proveitos operacionais	1.f) e 18	319	319	896	(87.253)	896
		2.885.648	958.790	2.957.518	876.710	3.880.548
Fornecimentos e serviços externos	1.e), 15 e 18	(1.431.164)	(433.638)	(1.555.720)	(422.782)	(1.986.852)
Custos com o pessoal	1.s) e 21	(1.745.209)	(548.424)	(1.975.551)	(608.855)	(2.655.517)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 2 e 3	(51.176)	(16.931)	(56.882)	(18.622)	(75.411)
Provisões e perdas de imparidade	1.k) e 13	(15.387)	-	-	-	-
Outros custos operacionais		(35.434)	(3.185)	(77.087)	(39.531)	(100.022)
		(3.278.370)	(1.002.178)	(3.665.240)	(1.089.790)	(4.817.802)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	16	93.118.128	17.847.416	(3.236.000)	-	(9.880.000)
Outros custos financeiros	1.c), 1.h), 1.i), 1.q), 12, 16 e 18	(10.659.222)	(3.467.992)	(7.979.214)	(2.928.544)	(12.043.254)
Outros proveitos financeiros	9, 16 e 18	8.418.890	1.275.197	14.537.015	4.210.739	15.312.037
Resultados correntes		90.485.074	15.611.233	2.614.079	1.069.115	(7.548.471)
Imposto sobre o rendimento	1.l), 7 e 17	633.578	609.777	(2.015.622)	(145.864)	(412.211)
Resultado líquido do período		91.118.652	16.221.010	598.457	923.251	(7.960.682)
Resultados por ação	20					
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,19	(0,01)	0,00	0,00	(0,02)
Diluídos		0,19	(0,01)	0,00	0,00	(0,02)
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,19	(0,01)	0,00	0,00	(0,02)
Diluídos		0,19	(0,01)	0,00	0,00	(0,02)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2012 e 2011.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hoblely

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações do rendimento integral

Para os períodos e trimestres findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

	Notas	setembro 2012 (não auditado)	julho a setembro 2012 (não auditado)	setembro 2011 (não auditado)	julho a setembro 2011 (não auditado)
Resultado líquido do período		91.118.652	16.221.010	598.457	923.251
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	-	-	-
Rendimento integral do período		91.118.652	16.221.010	598.457	923.251

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2012 e 2011.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

			Reservas							
	Capital social	Ações próprias (Nota 11)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 21)	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total
2012										
Saldo em 31 de dezembro de 2011	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	13.594.518	742.525	106.476.978	904.095.590	(7.960.682)	1.248.787.258
Aplicação do resultado líquido de 2011										
Transferencia para outras reservas	-	-	-	-	-	-	(7.960.682)	(7.960.682)	7.960.682	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.172.240)	(25.172.240)	-	(25.172.240)
Rendimento integral do período findo em 30 de setembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	91.118.652	91.118.652
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	438.791	-	-	(438.791)	(443.650)	443.650	(438.791)	-	-
Venda de ações próprias às subsidiárias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	4.949.143	-	-	(4.949.143)	-	4.008.619	(940.524)	-	4.008.619
Entrega de ações próprias no âmbito do empréstimo em ações às subsidiárias	-	1.962.514	-	-	(1.962.514)	-	1.962.514	-	-	1.962.514
Devolução de ações próprias no âmbito do empréstimo às subsidiárias	-	(1.962.514)	-	-	1.962.514	-	(1.962.514)	-	-	(1.962.514)
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	-	311.781	-	311.781	-	311.781
Derivado sobre ações próprias (Notas 18 e 21)	-	-	-	-	-	-	(276.500)	(276.500)	-	(276.500)
Aquisição de ações próprias	-	(2.175.315)	-	-	2.175.315	-	(2.175.315)	-	-	(2.175.315)
Saldo em 30 de setembro 2012	366.246.868	(10.381.899)	775.290.377	7.991.192	10.381.899	610.656	75.344.510	869.618.634	91.118.652	1.316.602.255

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

	Reservas								Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 11)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 21)	Outras reservas	Total de reservas		
2011										
Saldo em 31 de dezembro de 2010	366.246.868	(15.030.834)	775.290.377	1.221.003	15.030.834	551.381	(3.849.290)	788.244.305	135.403.787	1.274.864.126
Aplicação do resultado líquido de 2010										
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	6.770.189	-	-	128.633.598	135.403.787	(135.403.787)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(17.859.403)	(17.859.403)	-	(17.859.403)
Rendimento integral do período findo em 30 de setembro de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	598.457	598.457
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	3.659.603	-	-	(3.659.603)	(186.538)	1.775.360	(2.070.781)	-	1.588.822
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	-	290.303	-	290.303	-	290.303
Aquisição de ações próprias	-	(2.223.287)	-	-	2.223.287	-	(2.223.287)	-	-	(2.223.287)
Saldo em 30 de setembro 2011	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	13.594.518	655.146	106.476.978	904.008.211	598.457	1.257.259.018

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2012 e 2011.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

	setembro 2012		setembro 2011	
Atividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(2.146.437)		(2.396.352)	
Fluxo gerado pelas operações	(2.146.437)		(2.396.352)	
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento operacionais	(989.737)		926.884	
	7.222.133		3.579.984	
Fluxo das atividades operacionais (1)	4.085.959	4.085.959	2.110.516	2.110.516
Atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	486.805.537		17.840.000	
Ativos fixos tangíveis	267		800	
Juros e proveitos similares	7.902.638		8.946.767	
Empréstimos concedidos	-		170.611.000	
Dividendos recebidos	78.877.861	573.586.303	-	197.398.567
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(140.318.810)		(175.550.291)	
Ativos fixos tangíveis	(2.446)		(1.968)	
Empréstimos concedidos	(295.824.000)	(436.145.256)	(125.472.000)	(301.024.258)
Fluxos das atividades de investimento (2)		137.441.047		(103.625.691)
Atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	27.396.000	27.396.000	174.344.000	174.344.000
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(12.364.518)		(8.578.611)	
Aquisição de ações próprias	(2.175.315)		(2.223.287)	
Empréstimos obtidos	(99.815.000)		(19.900.000)	
Dividendos pagos	(25.172.240)	(139.527.073)	(17.859.403)	(48.561.301)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(112.131.073)		125.782.699
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		29.395.933		24.267.524
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		61.289.703		75.631.256
Caixa e seus equivalentes no final do período		90.685.636		99.898.780

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2012 e 2011.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

	2012	2011
1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais		
a) Outras atividades empresariais		
Alienação da participação na Be Artis à Sonae Telecom SGPS	455.735.851	-
Alienação da participação na Sontária à Sonae Telecom SGPS	9.380.876	-
Reembolso de prestações acessórias na Be Artis	14.943.304	-
Reembolso de prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	3.243.735	-
Reembolso de prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A.	3.501.771	17.840.000
	486.805.537	17.840.000
b) Outras atividades empresariais		
Entrada de dinheiro para cobertura de prejuízos da Be Artis	14.943.304	-
Entrada de dinheiro para cobertura de prejuízos da PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	3.243.735	-
Entrada de dinheiro para cobertura de prejuízos do Público - Comunicação Social, S.A.	3.501.771	-
Constituição da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.	50.000	-
Prestações acessórias na Sonae Telecom, SGPS, S.A.	106.000.000	-
Prestações acessórias na Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A.	12.580.000	-
Prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	-	12.990.000
Pagamento da Aquisição da Sontária- Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	8.860.291
Pagamento da Aquisição do Público - Comunicação Social, S.A.	-	20.000.000
Pagamento da Aquisição de participação da Optimus - Comunicações S.A.	-	133.700.000
	140.318.810	175.550.291
c) Dividendos recebidos		
Optimus - Comunicações, S.A.	46.726.962	-
Sonae Telecom, SGPS, S.A.	17.434.926	-
Sonae Com Sistemas de Informação, SGPS, S.A.	14.132.500	-
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	583.473	-
	78.877.861	-
2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	1.532	10.063
Depósitos à ordem	21.098	57.022
Aplicações de Tesouraria	103.301.000	100.170.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	(12.637.994)	(338.305)
Caixa e seus equivalentes	90.685.636	99.898.780
Depósitos à ordem (saldos credores)	12.637.994	338.305
Disponibilidades constantes do balanço	103.323.630	100.237.085
3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	54.969.000	103.050.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2012 e 2011.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

8.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (doravante designada 'Empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objeto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a Empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos

acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IAS/IFRS') tal como adotadas pela União Europeia, e tendo em consideração a IAS 34 – 'Relato Financeiro Intercalar'.

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro'.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

Até à data não existem normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e que tivessem aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 e que fossem adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de setembro de 2012.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)	5-jun-12
Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)	5-jun-12
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o 'método do corredor', melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos.	

Estas normas apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa no período findo em 30 de setembro de 2012, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 - Alterações (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)	1-jul-11
As emendas relativas à isenção para hiperinflação severa e remoção das taxas fixas:1) substituem as datas fixas estabelecidas na exceção para desreconhecimento e na exceção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adoção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)	1-jan-13
As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e <u>propõem a permissão da aplicação prospetiva da IAS 20.</u>	
IFRS 7 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros: Divulgações)	1-jan-13
A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transações de ativos financeiros (por exemplo: securitização de ativos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transações de ativos ocorrer perto do final do período de relato.	
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros e alterações posteriores)	1-jan-15
Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece <u>orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.</u>	
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)	1-jan-13
Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	
Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)	1-jan-13
O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	--

Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12) 1-jan-13

As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.

IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes) 1-jan-12

Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados' deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.

IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas) 1-jan-13

Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) 1-jan-13

O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.

IAS 32- Alterações (Ativos e Passivos Financeiros) 1-jan-14

A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.

IFRIC 20 - Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície) 1-jan-13

A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à Empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa a 30 de setembro de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	5-8
Equipamento administrativo	3-8
Outros ativos fixos tangíveis	3

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica 'Amortizações e depreciações'.

c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento. A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza

significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a Empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

e) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

f) Outras dívidas de terceiros

As 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'. A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os

pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

i) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

j) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pela Empresa respeitam a:

(i) *swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'.

(ii) *forward's* cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

Em 30 de setembro de 2012, a Empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.s).

k) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

l) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registrados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registrados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registrados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registrados na demonstração de resultados.

m) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' são registrados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registrados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.k)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registrados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registrada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

n) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 7 e 13).

o) Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em ações', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de ações próprias é registrada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de 'cash flow' que se consideram eficazes (Nota 1. j)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

Assim, em 30 de setembro de 2012, a Sonaecom dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 161,9 milhões de euros.

p) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

q) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2012		2011	
	30 setembro	Média	30 setembro	Média
Libra inglesa	1,2531	1,2321	1,1539	1,1478
Franco Suíço	0,8265	0,8303	0,8217	0,8123
Coroa Sueca	0,1184	0,1146	0,1080	0,1111
Dólar americano	0,7734	0,7812	0,7208	0,7389

r) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

s) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela Empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à Empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registrada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registrada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 30 de setembro de 2012, dois planos de ações Sonaecom em aberto estavam totalmente cobertos através da detenção de ações próprias. Para o plano de 2011, a Empresa celebrou com a Sonae SGPS, S.A. um contrato esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do Grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do Plano de Incentivos de Médio Prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. O impacto associado aos planos de ações dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a Empresa efetuou, para todos os planos, contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade encontra-se registrada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que

existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

u) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do Grupo. As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

v) Gestão do Risco Financeiro

A atividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.j)).

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais. Sempre que possível, a Empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos

concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a Empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.j)).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade.

O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 12) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para

taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nocionais acordados

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – 'Instrumentos Financeiros'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar

os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de rating

previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos é apresentada na Nota 12.

Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da Empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

2. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

						2012
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto						
Saldo em 31 dezembro 2011	721.165	46.325	171	333.757	104	1.101.522
Adições	-	360	-	-	-	360
Saldo final em 30 setembro 2012	721.165	46.685	171	333.757	104	1.101.882
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas						
Saldo em 31 dezembro 2011	444.736	33.182	171	262.282	104	740.475
Amortizações do período	31.083	5.486	-	13.486	-	50.055
Saldo final em 30 setembro 2012	475.819	38.668	171	275.768	104	790.530
Valor líquido	245.346	8.017	-	57.989	-	311.352
2011						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto						
Saldo em 31 dezembro 2010	721.165	46.325	171	332.060	619	1.100.340
Alienações	-	-	-	-	(515)	(515)
Saldo final em 30 setembro 2011	721.165	46.325	171	332.060	104	1.099.825
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas						
Saldo em 31 dezembro 2010	403.292	25.891	170	241.851	318	671.522
Amortizações do período	31.083	5.472	-	15.638	54	52.246
Alienações	-	-	-	-	(268)	(268)
Saldo final em 30 setembro 2011	434.375	31.363	170	257.489	104	723.500
Valor líquido	286.790	14.962	1	74.571	-	376.325

3. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2012
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2011	9.719	183.623	-	193.342
Saldo final em 30 setembro 2012	9.719	183.623	-	193.342
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2011	8.316	182.741	-	191.057
Amortizações do período	767	354	-	1.121
Saldo final em 30 setembro 2012	9.083	183.095	-	192.178
Valor líquido	636	528	-	1.164

				2011
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2010	9.719	183.247	376	193.342
Adições	-	376	(376)	-
Saldo final em 30 setembro 2011	9.719	183.623	-	193.342
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2010	7.281	177.585	-	184.866
Amortizações do período	779	3.857	-	4.636
Saldo final em 30 setembro 2011	8.060	181.442	-	189.502
Valor líquido	1.659	2.181	-	3.840

4. Classes de instrumentos financeiros

A 30 de setembro de 2012 e 2011, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

				2012
	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes				
Outros ativos não correntes (Nota 6)	499.364.206	499.364.206	-	499.364.206
	499.364.206	499.364.206	-	499.364.206
Ativos correntes				
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	23.453.366	23.453.366	3.469.713	26.923.079
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	103.323.630	103.323.630	-	103.323.630
	126.776.996	126.776.996	3.469.713	130.246.709

				2011
	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes				
Outros ativos não correntes (Nota 6)	557.281.652	557.281.652	-	557.281.652
	557.281.652	557.281.652	-	557.281.652
Ativos correntes				
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	11.957.805	11.957.805	2.894.102	14.851.907
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	100.237.085	100.237.085	-	100.237.085
	112.194.890	112.194.890	2.894.102	115.088.992

					2012
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	188.796.920	-	188.796.920	-	188.796.920
	188.796.920	-	188.796.920	-	188.796.920
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	207.163.568	-	207.163.568	-	207.163.568
Outras dívidas a terceiros (Nota 14)	-	316.340	316.340	118.388	434.728
	207.163.568	316.340	207.479.908	118.388	207.598.296

					2011
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	318.344.375	-	318.344.375	-	318.344.375
	318.344.375	-	318.344.375	-	318.344.375
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	193.588.701	-	193.588.701	-	193.588.701
Outras dívidas a terceiros (Nota 14)	-	1.766.381	1.766.381	3.320.377	5.086.758
	193.588.701	1.766.381	195.355.082	3.320.377	198.675.459

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros ativos/ passivos correntes e passivos não correntes não foram consideradas nesta desagração por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2012	2011
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom") *	1.005.866.218	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	75.009.902
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	52.241.587	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	25.020.000
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	4.568.100	4.568.100
Público - Comunicação Social, S.A. ("Público")	3.738.230	1.000.000
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ")	3.551.771	50.000
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ("Sonaecom SP")	50.000	-
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus")	-	898.576.231
Be Artis - Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Be Artis")	-	8.230.885
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária")	-	6.120.239
	1.170.045.808	1.178.106.931
Perdas de imparidade (Nota 13)	(86.868.004)	(77.409.902)
Total de investimentos em empresas do Grupo	1.083.177.804	1.100.697.029

* Esta empresa alterou a sua denominação social para OPTIMUS - SGPS, SA, a 12 de outubro de 2012

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, foram como segue:

Empresa	Saldo 31 dezembro 2011	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 30 setembro 2012
Sonae Telecom *	107.289.987	898.576.231	-	-	1.005.866.218
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Público	494.495	3.243.735	-	-	3.738.230
PCJ	50.000	3.501.771	-	-	3.551.771
Sonaecom SP	-	50.000	-	-	50.000
Optimus	898.576.231	-	(898.576.231)	-	-
Be Artis	8.230.885	14.943.304	(23.174.189)	-	-
Sontária	6.120.239	-	(6.120.239)	-	-
	1.177.601.426	920.315.041	(927.870.659)	-	1.170.045.808
Imparidades (Nota 13)	(80.122.497)	(351.772)	-	(6.393.735)	(86.868.004)
	1.097.478.929	919.963.269	(927.870.659)	(6.393.735)	1.083.177.804

* Esta empresa alterou a sua denominação social para OPTIMUS - SGPS, SA, a 12 de outubro de 2012

Empresa	Saldo 31 dezembro 2010	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 30 setembro 2011
Optimus	764.876.231	133.700.000	-	-	898.576.231
Sonae Telecom	107.289.987	-	-	-	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Be Artis	8.230.885	-	-	-	8.230.885
Sontária	6.120.239	-	-	-	6.120.239
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
PCJ	50.000	-	-	-	50.000
Público	-	1.000.000	-	-	1.000.000
	1.043.406.931	134.700.000	-	-	1.178.106.931
Imparidades (Nota 13)	(46.609.902)	(916.000)	-	(29.884.000)	(77.409.902)
	996.797.029	133.784.000	-	(29.884.000)	1.100.697.029

O aumento ocorrido na Sonae Telecom e a diminuição ocorrida na Optimus referem-se ao aumento do capital social da Sonae Telecom SGPS, totalmente subscrito pela Sonaecom, o qual foi realizado na modalidade de entradas em espécie, através da entrega à Sonae Telecom SGPS da participação social representativa de 64,14% do capital social da sociedade Optimus - Comunicações S.A. Após esta operação, a Sonae Telecom (detida a 100% pela Sonaecom) passou a deter a totalidade do capital da Optimus - Comunicações S.A.

No período findo em 30 de setembro de 2012, a Sonaecom procedeu à alienação da totalidade do capital social das subsidiárias Be Artis e Sontária à Sonae Telecom, empresa totalmente detida pela Sonaecom. As participações foram alienadas pelo valor de 456 milhões de euros e 9 milhões de euros, respetivamente, incluindo partes de capital, empréstimos e prestações acessórias (Nota 6), tendo sido gerada uma menos valia de cerca de 360 mil euros (Nota 16).

Os valores de 14.943.304 euros, 3.243.735 euros e 3.501.771 euros de aumentos na Be Artis, Público e PCJ, correspondem a aumentos de capital para cobertura de prejuízos.

O valor de 50.000 euros de aumentos na Sonaecom SP corresponde à constituição da empresa Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A., na qual a Sonaecom detém uma participação de 100%.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta da transferência no montante de 6.393.735 Euros da rubrica de Outros ativos não correntes (Nota 6).

No período findo em 30 de setembro de 2011, o valor de 133.700.000 euros de aumentos na Optimus corresponde à aquisição de 10,60% do capital social desta subsidiária à Sonaecom BV, tendo passado a empresa a deter 64,14% da Optimus.

O montante de 1.000.000 euros corresponde à aquisição, no período findo em 30 de setembro de 2011, da totalidade do capital social do Público - Comunicação Social, S.A. à Sonaetelecom BV.

A variação de perdas de imparidade acumuladas, no período findo em 30 de setembro de 2011, resulta do reforço efetuado no montante de 916.000 euros e da transferência no montante de 29.884.000 euros da rubrica de Outros ativos não correntes (Nota 6).

A Empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2012, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 1.902.646.249 euros, um passivo consolidado de 832.627.239 euros, proveitos operacionais consolidados de 623.749.407 euros e capitais próprios consolidados de 1.070.019.010 euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a acionistas da empresa mãe - Sonaecom, S.G.P.S., S.A.) para o período findo em 30 de setembro de 2012 de 63.902.108 euros.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais detidas diretamente pela Empresa é como segue:

Empresa	Sede	2012			2011		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Sonae Telecom	Maia	100%	977.340.189	28.538.428	100%	165.243.328	(8.706)
Sonae com SI	Maia	100%	74.039.481	35.596.794	100%	39.943.570	392.987
Miauger	Maia	100%	(29.002)	(56.368)	100%	488.572	(771.465)
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	1.614.014	1.387	100%	1.624.101	1.379.660
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	14.571.193	(92.727)	100%	14.590.356	1.094.108
PCJ	Maia	100%	9.992.407	454.178	100%	13.482.002	442.002
Público	Porto	100%	(3.146.962)	(3.528.732)	100%	(936.173)	(2.717.677)
Sonaecom SP (a)	Maia	100%	50.083	83	-	-	-
Optimus (b)	Maia	-	-	-	64,14%	492.075.699	42.873.827
Sontária (c)	Maia	-	-	-	100%	935.018	301.215
Be Artis (c)	Maia	-	-	-	100%	153.937.311	(13.324.338)

(a) Empresa constituída em janeiro de 2012.

(b) Participação entregue em aumento de capital em espécie em setembro de 2012.

(c) Empresas alienadas em junho de 2012.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Taxa de desconto
Telecomunicações	9,50%
Multimédia	12,00%
Sistemas de informação	14,00%

6. Outros ativos não correntes

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Ativos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo:		
Sonae Telecom SGPS *	312.850.000	-
Sonae com SI	13.805.000	17.300.000
Sonaecom BV	8.455.000	19.668.000
PCJ	4.730.000	5.000.000
Sontária	-	2.676.637
Be Artis	-	296.192.000
Sonaetelecom BV	-	900.000
Lugares Virtuais	-	700.000
	339.840.000	342.436.637
Prestações acessórias:		
Sonae Telecom SGPS *	144.630.000	38.630.000
Sonae com SI	12.580.000	-
PCJ	9.488.228	12.990.000
Miauger	1.105.000	800.000
Público	321.770	1.160.000
Be Artis	-	165.889.115
	168.124.998	219.469.115
	507.964.998	561.905.752
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	(8.654.998)	(4.624.100)
Outros	54.206	-
	499.364.206	557.281.652

* Esta empresa alterou a sua denominação social para OPTIMUS - SGPS, SA, a 12 de outubro de 2012

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo' foram os seguintes:

	2012			
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Sonae Telecom SGPS *	-	312.850.000	-	312.850.000
Sonae com SI	19.700.000	5.790.000	(11.685.000)	13.805.000
Sonaecom BV	21.785.000	-	(13.330.000)	8.455.000
PCJ	5.160.000	-	(430.000)	4.730.000
Sontária	2.676.637	584.000	(3.260.637)	-
Be Artis	179.734.000	2.245.000	(181.979.000)	-
Sonaetelecom BV	200.000	-	(200.000)	-
Optimus	-	22.850.000	(22.850.000)	-
	229.255.637	344.319.000	(233.734.637)	339.840.000

* Esta empresa alterou a sua denominação social para OPTIMUS - SGPS, SA, a 12 de outubro de 2012

	2011			
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Be Artis	175.720.000	120.472.000	-	296.192.000
Sonaecom BV	168.158.000	-	(148.490.000)	19.668.000
Sonae com SI	21.190.000	-	(3.890.000)	17.300.000
Sonaetelecom BV	18.141.000	-	(17.241.000)	900.000
Sontária	2.676.637	-	-	2.676.637
Lugares Virtuais	1.170.000	-	(470.000)	700.000
Wedo Consulting	520.000	-	(520.000)	-
PCJ	-	5.000.000	-	5.000.000
	387.575.637	125.472.000	(170.611.000)	342.436.637

Durante os períodos findos em setembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

				2012
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Sonae Telecom SGPS *	38.630.000	106.000.000	-	144.630.000
Sonae com SI	-	12.580.000	-	12.580.000
PCJ	12.990.000	-	(3.501.772)	9.488.228
Miauger	1.105.000	-	-	1.105.000
Público	3.565.505	-	(3.243.735)	321.770
Be Artis	265.889.115	-	(265.889.115)	-
	322.179.620	118.580.000	(272.634.622)	168.124.998

* Esta empresa alterou a sua denominação social para OPTIMUS - SGPS, SA, a 12 de outubro de 2012

				2011
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Be Artis	165.889.115	-	-	165.889.115
Sonae Telecom SGPS *	38.630.000	-	-	38.630.000
Miauger	800.000	-	-	800.000
PCJ	-	12.990.000	-	12.990.000
Público	-	19.000.000	(17.840.000)	1.160.000
	205.319.115	31.990.000	(17.840.000)	219.469.115

* Esta empresa alterou a sua denominação social para OPTIMUS - SGPS, SA, a 12 de outubro de 2012

As diminuições de Empréstimos na Be Artis e na Sontária, no valor de 182 milhões de euros e de 3,3 milhões de euros, devem-se à alienação destas sociedades à Sonae Telecom, conforme descrito na Nota 5, incluindo ainda 251 milhões de Prestações acessórias na Be Artis. Para além deste movimento, a diminuição de Prestações acessórias da Be Artis, no montante de 266 milhões de euros, inclui a devolução de 14 milhões de euros à Sonaecom.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 4,53% e 4,09%, respetivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos em 'Perdas de imparidade acumuladas' foram os seguintes:

					2012
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	(8.555.505)	(6.493.228)	-	6.393.735	(8.654.998)

					2011
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	(32.188.100)	(2.320.000)	-	29.884.000	(4.624.100)

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta da transferência no montante de 6.393.735 euros para a rubrica de Investimentos em empresas do grupo (Nota 5), compensado parcialmente pelo reforço efetuado durante o período no montante de 6.493.228 euros (Nota 13).

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

7. Impostos diferidos

Em 30 de setembro de 2012, os valores de impostos diferidos não registrados por atualmente não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

Ano em que foram gerados	Prejuízos reportáveis	Provisões e perdas por imparidade não aceites e outros	Total	Ativos por impostos diferidos
2001	-	3.463.000	3.463.000	917.695
2002	-	11.431.819	11.431.819	3.029.432
2003	-	31.154.781	31.154.781	8.256.017
2004	-	9.662.981	9.662.981	2.560.690
2005	-	(3.033.899)	(3.033.899)	(803.983)
2006	16.869.788	(149.858)	16.719.930	4.177.735
2007	54.563.604	(537.036)	54.026.568	13.498.586
2008	-	9.893.940	9.893.940	2.621.894
2009	-	9.903.475	9.903.475	2.624.421
2010	-	8.225.377	8.225.377	2.179.725
2011	-	10.005.009	10.005.009	2.651.327
2012	-	6.845.000	6.845.000	859.660
	71.433.392	96.864.589	168.297.981	42.573.199

Em 30 de setembro de 2012, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis foi de 25%, e de 26,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registrado nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 é como se segue:

	2012	2011
Resultado antes de imposto	90.485.074	2.614.079
Imposto 25%	(22.621.269)	(653.520)
Correção do imposto do exercício anterior	474	(334.971)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente	(1.711.250)	(912.402)
Tributação autónoma, Derrama e Outros	(10.260)	(114.729)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	24.975.883	-
Impostos registrados no período	633.578	(2.015.622)

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2012 são relativos, essencialmente, a dividendos recebidos (Nota 16), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do período.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2008 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devam ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2012.

8. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Dividendos a receber	21.448.416	-
Outros devedores	2.004.950	11.959.735
Estado e outros entes públicos	3.469.713	2.894.102
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 13)	-	(1.930)
	26.923.079	14.851.907

Em 30 de setembro de 2012 a subsidiária Optimus – Comunicações S.A. distribuiu dividendos, que serão pagos em outubro de 2012. A rubrica 'Outros Devedores' inclui saldos a receber de diversas empresas do Grupo, juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Nota 18).

O valor registado em Estado e outros entes públicos, em 30 de setembro de 2012 e 2011, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros e imposto sobre o rendimento.

9. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2012	2011
Numerário	1.532	10.063
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	21.098	57.022
Aplicações de tesouraria	103.301.000	100.170.000
	103.323.630	100.237.085
Descobertos bancários (Nota 12)	(12.637.994)	(338.305)
	90.685.636	99.898.780

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2012	2011
Aplicações bancárias	-	90.000.000
Sonae Telecom SGPS	86.716.000	-
Wedo	12.450.000	5.900.000
Público	3.120.000	1.290.000
Lugares Virtuais	610.000	225.000
Mainroad	270.000	-
PCJ	80.000	230.000
Sonaecom SI	55.000	-
Be Towering	-	2.525.000
	103.301.000	100.170.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de setembro de 2012, venceram juros a uma taxa média de 4,21% (4,13% em 2011).

10. Capital social

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2012		2011	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	194.063.119	52,99%
Ações dispersas em Bolsa	75.977.185	20,74%	76.737.177	20,95%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Millennium BCP	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Ações próprias	7.025.192	1,92%	9.045.200	2,47%
Sonae SGPS	3.430.000	0,94%	650.000	0,18%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

11. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 325.098 ações próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivos de Médio Prazo.

Adicionalmente, a Sonaecom alienou às suas subsidiárias um total de 3.477.010 ações, ao preço médio de 1,171 euros, no âmbito do Plano de Incentivos de Médio Prazo de cada uma das empresas, e concedeu um empréstimo, em ações, a algumas subsidiárias, correspondente a 1.026.126 ações, tendo como referência um preço de 1,91 euros.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, a Empresa adquiriu ainda 1.782.100 novas ações (a um preço médio de 1,221 euros), e recebeu das subsidiárias no âmbito do empréstimo referido acima 1.026.126 ações, detendo no final do período 7.025.192 ações próprias, representativas de 1,92% do seu capital social, a um preço médio de 1,4778 euros.

12. Empréstimos

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2012	2011
Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	-	150.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2011	100.000.000	mar-15	Final	100.000.000	100.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	mar-15	Final	40.000.000	40.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2012	20.000.000	jul-15	Final	20.000.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(2.173.132)	(3.089.220)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	1.166.105	1.433.595
				158.992.973	318.344.375
Papel comercial	30.000.000	jul-15	-	30.000.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(242.602)	-
Juros corridos não vencidos	-	-	-	46.549	-
				29.803.947	-
				188.796.920	318.344.375

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2012	2011
Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	150.000.000	-
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	30.000.000	-
				180.000.000	-
Papel comercial	150.000.000	jul-12	-	-	120.950.000
Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	406.865
				-	121.356.865
Aplicações de tesouraria	-	-	-	7.129.574	71.893.532
Contas caucionadas - CGD	16.500.000	-	-	7.396.000	-
Descobertos Bancários (Nota 9)	10.000.000	-	-	9.996.000	-
Descobertos Bancários (Nota 9)	2.500.000	-	-	1.639.000	-
Descobertos Bancários (Nota 9)	-	-	-	1.002.994	338.305
				27.163.568	72.231.837
				207.163.568	193.588.701

Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente.

Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco BPI.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 3,23% (2,74% em 2011).

Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de três outros Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
30 milhões de euros	maio de 2012	Caixa Geral de Depósitos	31-jul-2015
25 milhões de euros	julho de 2012	Banco Santander Totta	31-jul-2013
15 milhões de euros	junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	19-jul-2013
5 milhões de euros	abril de 2010	Banco BPI	Eventualmente renovável a 20-abr-2013

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Em 30 de setembro de 2012, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em setembro de 2011, no montante total de 100 milhões de euros e que estabelecem: (i) a obrigatoriedade de a Sonaecom, a Optimus, a Artis e a Sona Telecom, assim como as empresas cujos ativos e EBITDA sejam iguais ou superiores a 15% dos ativos e do EBITDA consolidado (*material subsidiaries*) representem, no seu conjunto, 80% ou mais do EBITDA do Grupo e dos Ativos Consolidados do Grupo; e (ii) a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão abrangidos por cláusulas de Negative pledge, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das *material subsidiaries* e obrigam à manutenção de controlo sobre a Optimus. As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 30 de setembro de 2012, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 29 milhões de euros. Estas linhas de crédito têm prazos até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, o detalhe das aplicações tesouraria recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2012	2011
Digitmarket	3.773.749	2.676.107
Sonaetelecom BV	1.591.900	2.510.172
Sonaecom BV	1.410.000	-
Saphety	165.998	20.860
Miauger	100.585	496.615
Sonaecom SP	45.311	-
Sonae Telecom	41.853	68
Wedo Consulting	178	30
Optimus	-	64.030.888
Mainroad	-	1.748.646
Be Towering	-	33.226
Be Artis	-	8.074
Público	-	6.059
Sontária	-	351.840
Sonae com SI	-	10.590
Lugares Virtuais	-	358
	7.129.574	71.893.532

As aplicações de tesouraria de empresas do Grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 3,49% e 1,09%, respetivamente.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	n+1	n+2	n+3	n+4	n+5
2012					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	160.000.000	-	-
Juros	5.840.402	5.840.402	3.160.802	-	-
Papel comercial					
Amortização	-	-	30.000.000	-	-
Juros	1.176.822	1.176.822	976.924	-	-
	7.017.224	7.017.224	194.137.726	-	-
2011					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	180.000.000	-	140.000.000	-
Juros	11.546.600	9.708.677	6.479.600	3.083.429	-
Papel comercial					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	11.546.600	189.708.677	6.479.600	143.083.429	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a cinco anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente.

À data de 30 de setembro de 2012 e 2011, as linhas de crédito disponíveis pela Empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2012					
Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-		x
Papel comercial	25.000.000	-	25.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Papel comercial	5.000.000	-	5.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-	x	
Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-	x	
Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Contas correntes	16.500.000	7.396.000	9.104.000	x	
Descobertos autorizados*	10.000.000	9.996.000	4.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	1.639.000	861.000	x	
Outras	-	1.002.994	-	x	
	444.000.000	390.033.994	54.969.000		
2011					
Papel comercial	150.000.000	120.950.000	29.050.000	x	
Papel comercial	30.000.000	-	30.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Papel comercial	10.000.000	-	10.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
Outros	-	338.305	-	x	x
	544.000.000	441.288.305	103.050.000		

* Pode também ser utilizado sob a forma de Papel comercial.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

13. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Utilizações	Saldo Final
2012					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	15.387	-	(17.317)	-
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 16)	80.122.497	351.772	6.393.735	-	86.868.004
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 6 e 16)	8.555.505	6.493.228	(6.393.735)	-	8.654.998
Provisões para outros riscos e encargos	68.654	2.280	-	-	70.934
	88.748.586	6.862.667	-	(17.317)	95.593.936
2011					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	-	-	-	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 16)	46.609.902	916.000	29.884.000	-	77.409.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 6 e 16)	32.188.100	2.320.000	(29.884.000)	-	4.624.100
Provisões para outros riscos e encargos	56.487	12.167	-	-	68.654
	78.856.419	3.248.167	-	-	82.104.586

Os aumentos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com exceção dos aumentos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo' (Nota 16).

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 2.280 euros e 12.167 euros, respetivamente, registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício', atendendo à natureza da mesma (Nota 17).

14. Outras dívidas a terceiros

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Outros credores	316.340	1.766.381
Estado e outros entes públicos	118.388	3.320.377
	434.728	5.086.758

15. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Trabalhos especializados	1.192.833	1.313.212
Rendas e alugueres	68.938	76.570
Deslocações e estadas	64.035	53.374
Outros fornecimentos e serviços externos	105.358	112.564
	1.431.164	1.555.720

16. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

	2012	2011
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo		
Perdas relativas a empresas do Grupo (Notas 5, 6 e 13)	(7.208.149)	(3.236.000)
Ganhos relativos a empresas do Grupo	100.326.277	-
	93.118.128	(3.236.000)
Outros custos financeiros		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(2.119.316)	(2.577.749)
Outros empréstimos	(8.213.908)	(5.177.460)
Descobertos bancários e outros	(48.544)	(99)
	(10.381.768)	(7.755.308)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.509)	(503)
Outros custos financeiros	(275.945)	(223.403)
	(277.454)	(223.906)
	(10.659.222)	(7.979.214)
Outros proveitos financeiros		
Juros obtidos	8.418.890	14.537.015
	8.418.890	14.537.015

Em 30 de setembro de 2012, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o valor de 363.149 euros relativo à menos-valia com a venda, à Sonae Telecom, da totalidade do capital social da Be Artis (Nota 5), o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Nota 13), no valor de 6.493.228 euros e em investimentos em empresas do grupo (Nota 13), no valor de 351.772 euros.

Os ganhos relativos a empresas do Grupo respeitam a dividendos recebidos das filiais Optimus (68.175.377 euros), Sonae Telecom (17.434.926 euros), Sonae com SI (14.132.501 euros) e Sontária (583.473 euros).

17. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2012	2011
Imposto corrente	635.858	(2.003.455)
Provisão para impostos (Nota 13)	(2.280)	(12.167)
Saldo final	633.578	(2.015.622)

18. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

					Saldos a 30 de setembro de 2012
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros ativos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/
Optimus	22.038.502	188.267	-	256.244	-
Artis	620.508	2.771	-	290.722	-
Sonae com SI	280.036	-	55.000	(145.478)	13.805.000
Sonaecom BV	147.979	-	-	40.695	7.045.000
Sonae Telecom SGPS	-	-	86.716.000	218.832	312.808.147
Be Towering	60.510	-	-	19.657	-
Público	17.991	207	3.120.000	41.244	-
Wedo	55.452	42.700	12.450.000	71.464	(178)
PCJ	53.049	-	80.000	17.918	4.730.000
Sonaetelecom BV	-	-	-	-	(1.591.900)
Outros	83.847	59.210	880.000	(76.674)	(4.085.643)
	1.909.458	293.155	103.301.000	734.624	332.710.426

					Saldos a 30 de setembro de 2011
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros ativos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/
Optimus	315.418	342.671	-	262.824	(64.030.888)
Be Artis	3.481.283	1.709.735	-	1.059.055	296.183.926
Sonae com SI	191.855	3.206	-	62.609	17.289.410
Sonaecom BV	7.489.989	-	-	88.178	19.668.000
Sonae Telecom SGPS	-	18.665	-	-	(68)
Be Towering	9.028	-	2.525.000	(1.176)	(33.226)
Público	58.962	375	1.290.000	16.920	(6.059)
Wedo	15.746	(862.634)	5.900.000	135.288	(30)
PCJ	55.338	-	230.000	54.015	5.000.000
Sonaetelecom BV	54.908	-	-	13.899	(1.610.172)
Outros	96.183	528.099	225.000	77.344	(1.917.789)
	11.768.710	1.740.117	10.170.000	1.768.956	270.543.104

				Transações a 30 de setembro de 2012
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Optimus	2.480.336	806.299	724.964	-
Be Artis	-	17.112	5.112.004	-
Be Towering	-	(40.278)	146.179	-
Wedo	116.145	-	119.168	-
Sonaecom BV	-	-	775.647	-
Outros	288.848	286.015	1.143.730	-
	2.885.329	1.069.148	8.021.692	-

				Transações a 30 de setembro de 2011
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Optimus	2.562.925	880.100	(163.315)	-
Be Artis	-	(3.899)	9.839.235	(41)
Be Towering	-	(47.368)	(39.216)	-
Wedo	116.035	-	141.486	-
Sonaecom BV	-	-	2.974.860	-
Outros	277.662	141.362	1.000.838	-
	2.956.622	970.195	13.753.888	(41)

No período findo em 30 de setembro de 2012, procedeu-se, para além destas operações, à alienação da totalidade do capital social da Be Artis e da Sontária à Sonae Telecom SGPS (Nota 5) e ao aumento do capital da Sonae Telecom SGPS, pela modalidade de entradas em espécie, através da entrega da totalidade de ações que a Sonaecom detinha da subsidiária Optimus – Comunicações, S.A..

No período findo em 30 de setembro de 2012, o Grupo celebrou um contrato com a Sonae SGPS S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016, à transferência de ações Sonaecom para os colaboradores e quadros do grupo, por solicitação da Sonaecom e no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo, pelo preço de 1,184, por ação. No âmbito deste contrato, a Sonaecom procedeu ao pagamento à Sonae SGPS, S.A. o montante de 3.291.520 Euros, o qual foi registado por contrapartida da rubrica "Outras reservas" do capital próprio. Adicionalmente, no âmbito dos contratos celebrados com a Sonaecom, cada uma das subsidiárias pagou o montante devido num total de 3.015.020 Euros

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das entidades relacionadas do Grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

19. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de setembro de 2012 e 2011, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2012	2011
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	7.360.875	7.360.875
Direção de Contribuições e Impostos	Fiscalização Geral 2005	754.368	754.368
		8.115.243	8.115.243

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, é convicção do Conselho de Administração da Empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

20. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do período (91.118.652 euros em 2012 e 598.457 euros em 2011) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 deduzidas das ações próprias (359.146.641 em 2012 e 357.150.209 em 2011).

21. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de ações e opções da Sonaecom e ações da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na Empresa durante esse período.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		30 setembro 2012	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonaecom					
Plano 2008	1,117	10-mar-09	09-mar-12	-	-
Plano 2009	1,685	10-mar-10	08-mar-13	4	247.423
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	3	257.457
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	3	281.327
Ações Sonae SGPS					
Plano 2008	0,526	10-mar-09	09-mar-12	-	-
Plano 2009	0,761	10-mar-10	08-mar-13	4	342.242
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	3	282.926
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	3	561.619

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2011:				
Ainda diferidas	11	799.220	11	981.095
Total	11	799.220	11	981.095
Movimentos no ano:				
Atribuídas	3	264.188	3	516.837
Vencidas	(4)	(325.098)	(4)	(405.776)
Canceladas / extintas / corrigidas*	-	47.897	-	94.631
Saldo a 30 setembro 2012:				
Ainda diferidas	10	786.207	10	1.186.787
Total	10	786.207	10	1.186.787

* As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos 2009 e 2010 de ações Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. Para o plano de 2011, a Empresa celebrou com a Sonae SGPS, S.A. um contrato esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do Grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo, sendo a responsabilidade calculado com base no preço fixado no contrato. A responsabilidade dos três planos foi registada na rubrica 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Para os planos de ações Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de setembro de 2012 são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	5.285.497
Custos reconhecidos no período	508.364
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(4.062.646)
Custos de planos exercidos no período	(771.223)
	<u>959.992</u>
Registados em Outros passivos correntes	244.503
Registados em Outros passivos não correntes	104.833
Registados em Reservas	<u>610.656</u>

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 29 de outubro de 2012.

Anexo

A 30 de setembro de 2012, as partes relacionadas da Sonaecom, S.G.P.S., são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Gervais Gilles Pellissier
Ana Paula Garrido Pina Marques	Jean-François René Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Franck Emmanuel Dangeard	Rui José Silva Goncalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

Empresas do Grupo Sonaecom	
Be Artis – Conceção ,Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Sonaetelecom BV
Cape Technologies Limited	Sonaecom, S.G.P.S., S.A.
Connectiv Solutions, Inc.	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	SSI Angola, S.A.
Infosystems – Sociedade de Sistemas de Informação, S.A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Lugares Virtuais, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Optimus – Comunicações, S.A.	WeDo Technologies Americas, Inc.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	WeDo Technologies Egypt LLC
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
Praesidium Services Limited	WeDo Technologies BV
Público – Comunicação Social, S.A.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies (UK) Limited
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
Sonae com – Sistemas Informação, S.G.P.S., S.A.	WeDo Technologies Chile SpA.
Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.	We Do Technologies Panamá S.A.
Sonaecom BV	We Do Technologies Singapore PTE. LTD.

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

3DO Holding GmbH	Avenida M – 40, S.A.
3DO Shopping Centre GmbH	Azulino Imobiliária, S.A.
3shoppings – Holding, SGPS, S.A.	BA Business Angels, SGPS, SA
8ª Avenida Centro Comercial, SA	BA Capital, SGPS, SA
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BB Food Service, S.A.
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Beralands BV
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Adlands B.V.	BHW Beeskow Holzwerkstoffe
Agepan Park, S.A.	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Boavista Shopping Centre BV
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
Aglom - Soc. Ind. Madeiras e Aglom., S.A.	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Carnes do Continente – Ind. Distr. Carnes, S.A.
Airone – Shopping Center, Srl	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C. Comercial SA	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A.	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Chão Verde – Soc. Gestora Imobiliária, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
ARP Alverca Retail Park, SA	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Atlantic Ferries – Tráf. Loc. Flu. e Marít, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Avenida M – 40 B.V.	Contibomba – Comérc. Distr. Combustíveis, S.A.

Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
Continente Hipermercados, S.A.	Glunz Uka Gmbh
Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.	GMET, ACE
Cooper Gay Swett & Crawford Lt	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Craiova Mall BV	Guimarãesshopping – Centro Comercial, S.A.
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Harvey Dos Iberica, S.L.
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Darbo S.A.S	HighDome PCC Limited
Deutsche Industrieholz GmbH	Iberian Assets, S.A.
Discovery Sports, SA	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dortmund Tower GmbH	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Imoareaia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Ecociclo II	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Edições Book.it, S.A.	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Emfísico Boavista	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
Farmácia Seleção, S.A.	Imosonae II
Fashion Division Canárias, SL	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Fashion Division, S.A.	Implantação – Imobiliária, S.A.
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infofield – Informática, S.A.
Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infratroia, EM
Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.	Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A.
Frieengineering International Ltda	Inparvi SGPS, S.A.
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Integrum - Energia, SA
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Integrum Colombo Energia, S.A.
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	Integrum Martim Longo - Energia, S.A.
Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.	Interlog – SGPS, S.A.
Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.	Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.
GHP Gmbh	Investalentejo, SGPS, S.A.
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	Ioannina Development of Shopping Centres, SA
Glunz AG	Isoroy SAS
Glunz Service GmbH	La Farga – Shopping Center, SL

Laminate Park GmbH Co. KG	Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Larim Corretora de Resseguros Ltda	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	Nova Equador Internacional, Ag. Viag. T, Ld
LCC Leiria Shopping Centro Comercial SA	Nova Equador P.C.O. e Eventos
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Libra Serviços, Lda.	OSB Deustchland GmbH
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	PantheonPlaza BV
Loop5 Shopping Centre GmbH	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Pareuro, BV
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Luz del Tajo B.V.	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.	Parque D. Pedro 1 B.V.
Maiashopping – Centro Comercial, S.A.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.	Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.
Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda	Parque Principado SL
Marcas MC, ZRT	Pátio Boavista Shopping Ltda.
Marina de Tróia S.A.	Pátio Campinas Shopping Ltda
Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda
Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.	Pátio Penha Shopping Ltda.
Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda	Pátio Sertório Shopping Ltda
MDS Africa SGPS, S.A.	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS Consultores, S.A.	Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.
MDS Corretor de Seguros, S.A.	Pharmaconcept – Atividades em Saúde, S.A.
MDS Malta Holding Limited	PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.
MDS SGPS, SA	PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda
MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA	Plaza Éboli B.V.
Megantic BV	Plaza Éboli – Centro Comercial S.A.
Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Plaza Mayor Holding, SGPS, SA
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	Plaza Mayor Shopping BV
MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.	Plaza Mayor Shopping, SA
Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.	Ploi Mall BV
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Plysorol, BV
Modelo Continente Intenational Trade, SA	Poliface North America
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	POLINSUR – Mediação de seguros, LDA
Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.	PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA
Modus Faciendi - Gestão e Serviços, S.A.	Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.
Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.	Praedium – Serviços, S.A.
Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda	Praedium II – Imobiliária, S.A.
Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A.	Praedium SGPS, S.A.
Munster Arkaden, BV	Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.

Prédios Privados Imobiliária, S.A.	RSI Corretora de Seguros Ltda
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	S.C. Microcom Doi Srl
Pridelease Investments, Ltd	Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	SC – Consultadoria, S.A.
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	SC Aegean B.V.
Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl	SC Assets SGPS, S.A.
Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	SC Finance BV
Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl	SC Mediterraneum Cosmos B.V.
Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A.	SC, SGPS, SA
Project 4, Srl	SCS Beheer, BV
Project SC 1 BV	Selfrio,SGPS, S.A.
Project SC 2 BV	Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Project Sierra 2 B.V.	Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Project Sierra 6 BV	Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda
Project Sierra 7 BV	SERENITAS-SOC.MEDIAÇÃO SEG.LDA
Project Sierra 8 BV	Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.
Project Sierra 9 BV	Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.
Project Sierra Brazil 1 B.V.	Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.
Project Sierra Charagionis 1 S.A.	Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.
Project Sierra Four, SA	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV	Shopping Penha B.V.
Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV	Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.
Project Sierra Spain 1 B.V.	SIAL Participações Ltda
Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.	Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.	Sierra Central S.A.S
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.
Project Sierra Spain 6 B.V.	Sierra Charagionis Propert.Management S.A.
Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.	Sierra Corporate Services Holland, BV
Project Sierra Three Srl	Sierra Development Greece, S.A.
Project Sierra Two Srl	Sierra Developments Germany GmbH
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Developments Holding B.V.
Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.	Sierra Developments Italy S.r.l.
Puravida – Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Developments Romania, Srl
Quorum Corretora de seguros LT	Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL
Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.	Sierra Developments, SGPS, S.A.
RASO - Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Enplanta Ltda
RASO, SGPS, S.A.	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
Rio Sul – Centro Comercial, S.A.	Sierra GP Limited
River Plaza Mall, Srl	Sierra Investimentos Brasil Ltda
River Plaza, BV	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
Rochester Real Estate, Limited	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.

Weiterstadt Shopping BV World Trade Center Porto, S.A. Worten - Equipamento para o Lar, S.A. Worten Canárias, SL Worten España, S.A.	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A. Zippy Turquia Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A. ZYEVOLUTION-Invest.Desenv.,SA.
--	---

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, do sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projecta”, “pretende”; “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no site institucional da Sonaecom
www.sonae.com

Contactos para os media e investidores:

Isabel Borgas
Responsável de Comunicação Institucional
isabel.borgas@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 20

Carlos Alberto Silva
Responsável pelas Relações com Investidores
carlos.alberto.silva@sonae.com
Tel: +351 93 100 24 44

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.
Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo “SNC.LS” e na Bloomberg através do símbolo “SNC:PL”.

Sonaecom SGPS, SA
Rua Henrique Pousão, 432 – 7º
4460-841 Senhora da Hora
Portugal